



## CORPO DELIBERATIVO

Presidente \_\_\_\_\_ Conselheiro Jerson Domingos  
Vice-Presidente e Ouvidor \_\_\_\_\_ Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt  
Corregedor-Geral \_\_\_\_\_ Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo  
Diretor-Geral da Escola Superior de Controle Externo \_\_\_\_\_ Conselheiro Marcio Campos Monteiro  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Iran Coelho das Neves  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Waldir Neves Barbosa  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Ronaldo Chadid

## 1ª CÂMARA

Conselheiro \_\_\_\_\_ Ronaldo Chadid  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Osmar Domingues Jeronymo  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Flávio Esgaib Kayatt

## 2ª CÂMARA

Conselheiro \_\_\_\_\_ Iran Coelho das Neves  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Waldir Neves Barbosa  
Conselheiro \_\_\_\_\_ Marcio Campos Monteiro

## AUDITORIA

Coordenador da Auditoria \_\_\_\_\_ Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira  
Subcoordenador da Auditoria \_\_\_\_\_ Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel  
Conselheira Substituta \_\_\_\_\_ Patrícia Sarmiento dos Santos

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas \_\_\_\_\_ João Antônio de Oliveira Martins Júnior

## SUMÁRIO

ATOS DE CONTROLE EXTERNO .....	2
ATOS PROCESSUAIS .....	42
DIRETORIA DAS SESSÕES DOS COLEGIADOS .....	54

## LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS..... [Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012](#)  
Regimento Interno..... [Resolução nº 98/2018](#)

## ATOS DE CONTROLE EXTERNO

### Tribunal Pleno Virtual

#### Parecer Prévio

**PARECER** do egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, proferidos na **12ª Sessão Ordinária VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO**, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023.

#### [PARECER PRÉVIO - PA00 - 121/2023](#)

PROCESSO TC/MS: TC/3251/2021  
PROTOCOLO: 2095884  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANASTÁCIO  
JURISDICIONADO: NILDO ALVES DE ALBRES  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – IRREGULARIDADES SANADAS – DESPESA CLASSIFICADA EM FONTE DE RECURSOS DIVERSA DA ORIGINALMENTE REGISTRADA – INCORREÇÃO NO REGISTRO DAS RECEITAS E DESPESAS RELACIONADAS A RECURSOS DA COVID – NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO PARA EXERCER FUNÇÃO TÉCNICA – PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVAS – RECOMENDAÇÃO.**

Emite-se o parecer prévio favorável à aprovação, com ressalvas, das contas de governo, com fundamento no art. 59, II, c/c o art. 60, ambos da LCE n. 160/2012, uma vez que sanadas as irregularidades inicialmente apontadas, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, expedindo-se a recomendação cabível.

**PARECER PRÉVIO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, DELIBERAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **emissão de parecer prévio favorável à aprovação, com ressalvas**, das contas de governo da **Prefeitura Municipal de Anastácio**, referentes ao exercício financeiro de **2020**, de responsabilidade do senhor **Nildo Alves de Albres**, dando-lhe a devida quitação, com fundamento no art. 59, II, c/c o art. 60, ambos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao gestor para que observe com maior rigor às normas que regem a Administração Pública, especialmente no sentido que observe as normas de escrituração contábeis, orientando o setor contábil; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

#### [PARECER PRÉVIO - PA00 - 122/2023](#)

PROCESSO TC/MS: TC/3538/2021  
PROTOCOLO: 2096960  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERENOS  
JURISDICIONADO: SEBASTIÃO DONIZETE BARRACO  
ADVOGADO: 1. JULIANNA LOLLI GHETTI – OAB/MS Nº 18.988; 2. MARCIO LOLLI GHETTI – OAB/MS Nº 5.450  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – AUSÊNCIA/INCONFORMIDADE DE PEÇAS DE REMESSAS OBRIGATÓRIA – INCONSISTÊNCIA NOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO DOS VALORES REGISTRADOS EM “OUTRAS EXCLUSÕES” – DIVERGÊNCIA ENTRE O DEMONSTRATIVO E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – CUMPRIMENTO PARCIAL DA TRANSPARÊNCIA ATIVA – REGISTRO INCORRETO E AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS DO PRÉ-SAL – INCONSISTÊNCIA NO BALANÇO PATRIMONIAL – INCONSISTÊNCIA NO DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – INCONSISTÊNCIA NA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – ESCRITURAÇÃO DE MODO IRREGULAR – PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO – RECOMENDAÇÃO.**

Emite-se o parecer prévio contrário à aprovação das contas anuais de governo, com fundamento no art. 59, III c/c o art. 42, caput e III, V e VIII, todos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, expedindo-se a recomendação cabível.

**PARECER PRÉVIO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, DELIBERAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **emissão de parecer prévio contrário a aprovação** das contas anual de governo da Prefeitura Municipal de Terenos, referentes ao exercício financeiro de **2020**, de responsabilidade do senhor **Sebastião Donizete Barraco**, prefeito municipal, à época, com fundamento no art. 59, III c/c o art. 42, *caput* e incisos II, V e VIII, todos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao gestor para que observe, com maior rigor, às normas que regem a Administração Pública, especialmente no sentido de que as prestações de contas vindouras sejam encaminhadas devidamente instruídas com todos os documentos exigidos no instrumento regulamentar deste Tribunal e para que observe as normas de escrituração contábeis; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**PARECER PRÉVIO - PA00 - 123/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/3850/2022  
PROTOCOLO: 2162390  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA  
JURISDICIONADO: ENELTO RAMOS DA SILVA  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – DIVERGÊNCIA ENTRE O SALDO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA – DIVERGÊNCIA ENTRE ATIVO FINANCEIRO E O VALOR DO SUPERÁVIT FINANCEIRO – ESCRITURAÇÃO DE MODO IRREGULAR – AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA LEGAL DO CANCELAMENTO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – DESCUMPRIMENTO DE NORMA LEGAL – PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO.**

Emite-se o parecer prévio contrário à aprovação das contas anuais de governo, com fundamento no art. 59, III c/c o art. 42, *caput* e VIII, todos da LCE n. 160/2012, em razão da escrituração de modo irregular e do descumprimento de norma legal, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período.

**PARECER PRÉVIO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, DELIBERAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **emissão de parecer prévio contrário a aprovação** das contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Sonora, referentes ao exercício financeiro de **2021**, de responsabilidade do Sr. **Enelto Ramos da Silva**, prefeito municipal, com fundamento no art. 59, III c/c o art. 42, *caput* e inciso VIII, todos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**PARECER PRÉVIO - PA00 - 124/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/4181/2023  
PROTOCOLO: 2238620  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE  
JURISDICIONADO: JEFERSON LUIZ TOMAZONI  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – EXTRAPOLAÇÃO DO LIMITE DA MARGEM ORÇAMENTÁRIA – ESCRITURAÇÃO DE MODO IRREGULAR – PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO.**

Emite-se o parecer prévio contrário à aprovação das contas anuais de governo, em razão da extrapolação do limite da margem orçamentária, com fundamento no art. 59, III c/c o art. 42, VIII, todos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período.

**PARECER PRÉVIO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, DELIBERAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **emissão de parecer prévio contrário a aprovação** das contas anual de governo da **Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste**, referentes ao exercício financeiro de **2022**, de responsabilidade do senhor **Jeferson Luiz Tomazoni**, prefeito municipal, com fundamento no art. 59, III c/c o art. 42, inciso VIII, todos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**PARECER PRÉVIO - PA00 - 125/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/4463/2023  
PROTOCOLO: 2239099  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA  
JURISDICIONADO: ENELTO RAMOS DA SILVA  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – SALDO CONTÁBIL DA CONCILIAÇÃO DISSONANTE DO BALANÇO PATRIMONIAL – TRANSPARÊNCIA FISCAL PARCIALMENTE CUMPRIDA – DISTORÇÃO DE VALOR NO BALANÇO PATRIMONIAL – DISTORÇÃO DE VALOR NA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO – RECOMENDAÇÃO.**

Emite-se o parecer prévio contrário à aprovação das contas anuais de governo, com fundamento no art. 59, III c/c o art. 42, V e VIII, todos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, expedindo-se a recomendação cabível.

**PARECER PRÉVIO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, DELIBERAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **emissão de parecer prévio contrário a aprovação** das contas anuais de governo da **Prefeitura Municipal de Sonora**, referentes ao exercício financeiro de **2022**, de responsabilidade do Sr. **Enelto Ramos da Silva**, prefeito municipal, com fundamento no art. 59, III c/c o art. 42, incisos V e VIII, todos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao gestor para que observe, com maior rigor, às normas que regem a Administração Pública; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**PARECER PRÉVIO - PA00 - 126/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/7834/2023  
PROTOCOLO: 2261663  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS  
JURISDICIONADO: DALMY CRISÓSTOMO DA SILVA  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO.**

Emite-se o parecer prévio favorável à aprovação das contas anuais de governo, com fundamento no art. 59, I, c/c o art. 60, ambos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período.

**PARECER PRÉVIO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, DELIBERAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **emissão de parecer prévio favorável à aprovação** das contas anuais de governo da **Prefeitura Municipal de Alcínópolis**, referente ao exercício financeiro de **2022**, de responsabilidade do Sr. **Dalmy Crisóstomo da Silva**, prefeito municipal,

dando-lhe a devida quitação, com fundamento no art. 59, I, c/c o art. 60, ambos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 21 de novembro de 2023.

**Alessandra Ximenes**  
Chefe da Diretoria das Sessões dos Colegiados

### Acórdão

**ACÓRDÃOS** do egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, proferidos na **12ª** Sessão Ordinária **VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO**, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023.

#### [ACÓRDÃO - AC00 - 1225/2023](#)

PROCESSO TC/MS: TC/2999/2021  
PROTOCOLO: 2095285  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO  
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ  
JURISDICIONADO: ROGERIO DOS SANTOS LEITE  
ADVOGADO: ALCINDO CARDOSO DO VALLE JUNIOR OAB/MS - 7460  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – IMPROPRIEDADES NA DOCUMENTAÇÃO – PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SEM A CERTIFICAÇÃO MENSAL DA REGULARIDADE DA RECEITA E DAS DESPESAS REALIZADAS – AUSENCIA DAS ATAS REFERENTES ÀS REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE APRECIANDO AS CONTAS QUADRIMESTRAIS DO EXERCÍCIO – AUSENCIA DO QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE – CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS SEM JUSTIFICATIVAS – EQUÍVOCOS NA CONTABILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO – CONTAS IRREGULARES – MULTA – RECOMENDAÇÃO.**

1. É declarada a irregularidade da prestação de contas anuais de gestão, com fundamento no art. 42, II e VIII, e art. 59, III c/c o art. 61 da LCE n. 160/2012, em razão do descumprimento das normas de natureza contábil e orçamentária, havendo equívocos na contabilização dos recursos do órgão, sem justificativas suficientes.
2. Aplica-se multa ao responsável em razão da constatação das irregularidades decorrentes de falhas na escrituração contábil e da ausência de abertura de créditos adicionais, além da recomendação cabível ao atual gestor do órgão.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **irregularidade** das contas anuais de gestão do Fundo Municipal de Saúde de Corumbá, exercício financeiro do ano de **2020**, de responsabilidade do **Sr. Rogério dos Santos Leite**, ex-secretário municipal de Saúde, com fundamento no art. 42, incisos II e VIII e art. 59, inciso III c/c o art. 61, todos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **aplicação de multa** no valor de 60 (sessenta) UFERMS, ao **Sr. Rogério dos Santos Leite**, ex-secretário municipal de Saúde, em razão de falhas na escrituração contábil e ausência de abertura de créditos adicionais; pela **concessão** do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis para o recolhimento da imposição ao FUNTC/MS de acordo com o art. 83 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 185, § 1º, do RITC/MS, e comprovação nos autos sob pena de cobrança executiva, observado o disposto no art. 78 da mesma lei complementar; pela **recomendação** ao atual gestor do órgão, para que observe, com mais rigor, as normas contábeis aplicáveis à administração pública.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

#### [ACÓRDÃO - AC00 - 1226/2023](#)

PROCESSO TC/MS: TC/4103/2022  
PROTOCOLO: 2162907

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO  
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRAO  
JURISDICIONADA: CATIUCIA APARECIDA DA SILVA  
ADVOGADAS: 1. MAÍSA OVIEDO MILANDRI OAB/MS 17.666; 2. RAÍRA ALBANEZ VIUDES OAB/MS 21.649  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL SEM FALHAS DIGNAS DE RESTRIÇÃO – IMPROPRIEDADES – NÃO COMPROVAÇÃO AO ATENDIMENTO INTEGRAL À TRANSPARÊNCIA E VISIBILIDADE DA GESTÃO DA SAÚDE – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**

É declarada a regularidade, com ressalva, das contas anuais de gestão, com fundamento no art. 59, II e § 1º, da LCE n. 160/2012, uma vez que a gestão orçamentária, financeira e patrimonial não apresentou falhas dignas de restrição, consistindo em impropriedades que não causaram prejuízos ao erário e, portanto, insuficientes para ocasionar a reprovação, o que resulta na recomendação cabível; sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade, com ressalva**, das contas anuais de gestão do **Fundo Municipal de Saúde de Figueirão**, referentes ao exercício de **2021**, de responsabilidade da Sr. **Catiucia Aparecida da Silva**, secretária municipal de Saúde, à época, com fundamento no art. 59, II e §1º, da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao responsável, ou a quem o tiver sucedido ou sucedê-lo, para que adote as medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a ocorrência futura de impropriedades semelhantes ou assemelhadas.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

[ACÓRDÃO - AC00 - 1227/2023](#)

PROCESSO TC/MS: TC/3490/2020  
PROCOLO: 2030722  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO  
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BODOQUENA  
JURISDICIONADO: LAURO DE AQUINO NETO  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – IMPROPRIEDADES – NOTAS EXPLICATIVAS MERAMENTE CONCEITUAIS – NÃO COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO À TRANSPARÊNCIA E VISIBILIDADE DA GESTÃO DA SAÚDE – AUSÊNCIA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS NO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA – PROVIMENTO DE CARGO DE CONTROLADOR INTERNO POR COMISSÃO – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**

É declarada a regularidade com ressalva das contas anuais de gestão, com fundamento no art. 59, II e §1º, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, uma vez que a gestão orçamentária, financeira e patrimonial não apresentou falhas dignas de restrição, mas apenas impropriedades que não causaram prejuízos ao erário e insuficientes para a reprovação, as quais resultam na recomendação cabível, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade, com ressalva**, das contas anuais de gestão do **Fundo Municipal de Saúde de Bodoquena**, referentes ao exercício de **2019**, de responsabilidade do Sr. **Lauro de Aquino Neto**, secretário municipal de Saúde, à época, com fundamento no art. 59, II e §1º, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao responsável, ou a quem o tiver sucedido ou sucedê-lo, para que adote as medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a ocorrência futura de impropriedades semelhantes ou assemelhadas; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

[ACÓRDÃO - AC00 - 1228/2023](#)

PROCESSO TC/MS: TC/1198/2019

PROCOLO: 1956861

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE JAPORA

JURISDICIONADO: PAULO CESAR FRANJOTTI

ADVOGADAS: ISADORA GONÇALVES COIMBRA SOUTO DE ARAÚJO FOIZER OAB/MS Nº 18.046; ANDRESSA ALVES GARCIA LOPES OAB/MS Nº 22.102.

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – CÂMARA MUNICIPAL – ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS RELATIVOS AO 2º SEMESTRE – AUSÊNCIA DE NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA SUA PUBLICAÇÃO – PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DO CONTROLE INTERNO ELABORADO DE FORMA SUCINTA NÃO APRESENTANDO DADOS ESPECÍFICOS – IMPROPRIEDADES DE NATUREZA FORMAL – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**

É declarada a regularidade com ressalva da prestação de contas anuais de gestão, nos termos do art. 59, II, da LCE n. 160/2012, em razão do atendimento à legislação nos aspectos relevantes e da verificação de impropriedades de natureza formal, que resultam em recomendação ao jurisdicionado.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade com ressalva** da **Prestação de Contas Anuais de Gestão** da **Câmara Municipal de Japorã**, exercício financeiro de **2018**, de responsabilidade do **Sr. Paulo Cesar Franjotti**, presidente e ordenador de despesas, à época, nos termos do art. 59, II, da LCE n. 160/2012; pela **recomendação** ao jurisdicionado, para que observe, com rigor, as normas legais e regulamentares que regem a administração pública, evitando que as falhas ora verificadas voltem a ocorrer, especialmente: providencie nas próximas prestações de contas, a instrução com todos os documentos exigidos pela Resolução TC/MS n. 88/2018, para remessa a este Colendo Tribunal; observe com rigor os prazos para remessa de documentos obrigatórios a este Tribunal, estipulados na Resolução TCE/MS n. 88/2018; aperfeiçoe o processo de elaboração das notas explicativas, seguindo orientações do MCASP e as publique conjuntamente aos demonstrativos contábeis; adequue a estrutura do Controle Interno de forma a garantir que ele seja efetivo, emitindo parecer acompanhado de evidências para fundamentá-lo, abrangendo os pontos legais e constitucionais (Art. 74 e 29 da CF/88) impostos às Câmaras Municipais; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

[ACÓRDÃO - AC00 - 1232/2023](#)

PROCESSO TC/MS: TC/3140/2021

PROCOLO: 2095602

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AQUIDAUANA

JURISDICIONADO: CLÁUDIA FRANCO FERNANDES SOUZA

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – IMPROPRIEDADES DE NATUREZA FORMAL – DILIGENCIAS E JUSTIFICATIVAS DO GESTOR – TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO DA SAÚDE – AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE DEMONSTREM E/OU JUSTIFIQUEM O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – AUSÊNCIA DE PARECER MENSAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS) ATESTANDO A REGULARIDADE DA RECEITA E AS DESPESAS REALIZADAS – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**

É declarada a regularidade com ressalva da prestação de contas anuais de gestão, pelas falhas formais constatadas, nos termos do art. 59, II, da LCE n. 160/2012, ensejando recomendação ao jurisdicionado para que observe com rigor as normas legais e regulamentares que regem a administração pública, evitando que as falhas verificadas voltem a ocorrer.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade, com ressalva**, da **Prestação de Contas Anual de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Aquidauana**, exercício financeiro de 2020, de responsabilidade da **Sra. Cláudia Franco Fernandes Souza**, secretária municipal, à época, pelas falhas formais constatadas, nos termos do art. 59, II, da LCE n. 160/2012; e pela **recomendação** ao jurisdicionado para que observe com rigor as normas legais e regulamentares que regem a administração pública, evitando que as falhas aqui verificadas

voltem a ocorrer, especialmente: - enviando todos os documentos estipulados pelo Manual de Peças Obrigatórias deste Tribunal, Resolução TCE/MS n. 88/2018, inclusive os documentos que demonstrem e/ou justifiquem, se for o caso, o Cancelamento de Restos a Pagar Processados; - providenciando a disponibilização tempestiva de todos os documentos necessários à adequada Transparência de Gestão da Saúde no portal eletrônico do Município de Aquidauana; - encaminhando as Atas referentes às reuniões do Conselho Municipal de Saúde que apreciou as contas, em cumprimento ao art. 41 da Lei Complementar n. 141/2012, bem como o Parecer Técnico em que conste a certificação mensal da regularidade da receita e que as despesas realizadas são todas do âmbito da saúde e dentro dos seus respectivos programas, como determina o art. 36, § 1º da mesma LC n. 141/2012, e o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT).

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1240/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/4073/2023

PROTOCOLO: 2238360

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ESTADUAL JORNALISTA LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TV EDUCATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

JURISDICIONADO: YOUSSEF ASSIS DOMINGOS

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDAÇÃO ESTADUAL JORNALISTA LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TV EDUCATIVA – ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO – REGULARIDADE.**

É declarada a regularidade das contas anuais de gestão, nos termos do art. 59, I, c/c o art. 60, ambos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, em razão do cumprimento das exigências contidas na Constituição Federal/88, na Lei Complementar n. 101/2000 (LRF) na Lei n. 4.320/64, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBCs); sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade** das contas anuais de gestão da **Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul – Fertel** - referentes ao exercício financeiro de **2022**, de responsabilidade do Sr. **Youssef Assis Domingos**, diretor-presidente à época, dando-lhe a devida quitação, nos termos do art. 59, I, c/c o art. 60, ambos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados, no mesmo período; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados e às demais autoridades administrativas competentes, observado o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1248/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/3840/2022

PROTOCOLO: 2162379

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

JURISDICIONADA: DANIELLE SOUZA EMILIANI

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO NA REDE PÚBLICA – EMENDA CONSTITUCIONAL N. 119/2022 – JUSTIFICATIVAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS – IRREGULARIDADE SANADA – CONTAS REGULARES – RECOMENDAÇÃO.**

É declarada a regularidade das contas anuais de gestão, com fundamento no art. 59, I, da LCE n. 160/2012, dando a devida quitação ao responsável, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, com a formulação da recomendação cabível.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade** das contas anuais de gestão do **FUNDEB de São Gabriel do Oeste**, referentes ao exercício de **2021**, de responsabilidade da Sra. **Danielle Souza Emiliani**, secretária municipal de Educação, com fundamento no art. 59, I, da LCE n. 160/2012, dando-lhe a devida quitação, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** à responsável, ou a quem a tiver sucedido ou sucedê-la, para que adote as medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a ocorrência futura de impropriedades semelhantes ou assemelhadas; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1253/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/3291/2022

PROTOCOLO: 2160217

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-FUNDEB DE SONORA

JURISDICIONADA: CLOTILDE DE SOUSA SILVA CASTRO

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – REMESSA EM DESACORDO COM O MANUAL DE PEÇAS OBRIGATORIAS – AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS – ORÇAMENTO E ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – AUSÊNCIA DE DECRETOS – AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DE TODOS OS DECRETOS DE CRÉDITO SUPLEMENTAR – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SOMENTE NO MÊS DE DEZEMBRO – CRÉDITOS NÃO UTILIZADOS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE SUBSEQUENTE – NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTOS QUANTO AO NÃO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – DESOBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE – INCONSISTÊNCIA NO PREENCHIMENTO DO QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO BALANÇO PATRIMONIAL – CONTAS IRREGULARES – MULTA – INTEMPESTIVIDADE NO ENCAMINHAMENTO DOS BALANCETES – AUSÊNCIA DE NOTAS EXPLICATIVAS JUNTO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – RECOMENDAÇÃO.**

É declarada a irregularidade da prestação de contas anuais de gestão, com fundamento nos arts. 59, III, art. 42, *caput* e II e VIII, c/c o art. 60, todos da LCE n. 160/2012, em razão da desobediência às prescrições legais que maculam os atos praticados pelo responsável, impondo-lhe a multa prevista regimentalmente, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, com a formulação da recomendação ao gestor para que faça cumprir as normas aplicáveis à administração pública principalmente quanto a remessa de dados, informações e documentos ao TCE/MS e a elaboração e publicação das notas explicativas junto às demonstrações contábeis.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **irregularidade** da prestação de contas anuais de gestão do **Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Sonora**, referentes ao exercício de **2021**, de responsabilidade da Sra. **Clotilde de Sousa Silva Castro**, gerente municipal de Educação, Cultura e Lazer, com fundamento nos arts. 59, inc. III, art. 42, *caput* e incs. II e VIII, c/c o art. 60, todos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela aplicação de **multa** no valor de **110 (cento e dez) Uferms**, sendo de 80 (oitenta) Uferms, em razão das infrações previstas no *caput* e no inciso VIII do art. 42 da LCE n. 160/2012 e da multa de 30 (trinta) Uferms, em razão da infração previstas no inciso II do art. 42 da LCE n. 160/2012 à Sra. **Clotilde de Sousa Silva Castro**, gerente municipal de Educação, Cultura e Lazer; pela **recomendação** ao gestor para que faça cumprir as normas aplicáveis à administração pública principalmente quanto a remessa de dados, informações e documentos ao TCE/MS e a elaboração e publicação das notas explicativas junto às demonstrações contábeis; pela **concessão** do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o recolhimento ao FUNTC, da multa aplicada, bem como para a comprovação no referido prazo, nos termos do art. 185, § 1º, I e II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, sob pena de cobrança executiva judicial, nos termos dos arts. 83 e 78 ambos da Lei Complementar n. 160/2012; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

ACÓRDÃO - AC00 - 1308/2023

PROCESSO TC/MS: TC/3849/2022

PROTOCOLO: 2162389

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE RIO VERDE DE MATO GROSSO

JURISDICIONADO: VALTER COSTA DE ALMEIDA

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS OU APRESENTADOS COM FALHAS – ATO QUE INSTITUIU O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O CONTROLE SOCIAL SOBRE A DISTRIBUIÇÃO, A TRANSFERÊNCIA E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB INFERIOR A 70% – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS NÃO UTILIZADOS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE SUBSEQUENTE – EQUÍVOCOS NA CONTABILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO – NÃO APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVAS – DESOBEDIÊNCIA ÀS PRESCRIÇÕES LEGAIS – CONTAS IRREGULARES – MULTA – RECOMENDAÇÃO.**

É declarada a irregularidade das contas anuais de gestão, com fundamento no art. 42, II e VIII, e art. 59, III c/c o art. 61, todos da LCE n. 160/2012, em razão da desobediência às prescrições legais, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, bem como aplicada a multa ao responsável, por infringir o art. 26 e art. 25, § 3º, da Lei Federal n. 14.113/2020, com a formulação da recomendação cabível.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **irregularidade** das contas anuais de gestão do **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Rio Verde de Mato Grosso**, exercício financeiro de **2021**, de responsabilidade do Sr. **Valter Costa de Almeida**, ex-secretário municipal de Educação, com fundamento no art. 42, incisos II e VIII, e art. 59, inciso III c/c o art. 61, todos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela aplicação de **multa** no valor de **60 (sessenta) UFERMS** ao Sr. **Valter Costa de Almeida**, ex-secretário municipal de Educação, por infringir o art. 26 e art. 25 § 3º da Lei Federal n. 14.113/2020; pela concessão do **prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis** para o recolhimento da imposição ao FUNTC/MS, de acordo com o art. 83 da LCE n. 160/2012 c/c o art. 185, § 1º, do RITC/MS, e comprovação nos autos, sob pena de cobrança executiva, observado o disposto no art. 78 da mesma lei complementar; pela **recomendação** ao atual gestor do órgão para que observe, com mais rigor, as normas contábeis aplicáveis à Administração Pública; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

ACÓRDÃO - AC00 - 1322/2023

PROCESSO TC/MS: TC/06091/2017

PROTOCOLO: 1801068

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO

JURISDICIONADO: THIEGO HOLOSBACK FERNANDES LOPES

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – CÂMARA MUNICIPAL – NÃO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL DA DESPESA TOTAL DA CÂMARA – DIFERENÇA ENTRE O SALDO DEMONSTRADO NA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA E NOS EXTRATOS – ESCRITURAÇÃO DE MODO IRREGULAR – CONTAS IRREGULARES – APLICAÇÃO DE MULTAS – DISPONIBILIDADES DE CAIXA EM INSTITUIÇÃO NÃO OFICIAL – RECOMENDAÇÃO.**

1. É declarada a irregularidade das contas anuais de gestão, com fundamento no art. 42, VI e VIII, e art. 59, III, c/c o art. 61 da LCE n. 160/2012, tendo em vista o descumprimento de limite constitucional e a divergência de escrituração, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, bem como aplicada a sanção de multa ao responsável, pelas infrações.

2. Recomenda-se ao atual gestor, ao responsável contábil e ao controlador interno, para que observem, com mais rigor, as normas aplicáveis à contabilidade pública.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **irregularidade** das contas anuais de gestão da **Câmara Municipal de Antônio João-MS**, referentes ao exercício de **2016**, de responsabilidade do Senhor **Thiego Holosbach Fernandes Lopes**, vereador-presidente, à época, com fundamento no art. 42, VI e VIII e art. 59, inciso III c/c o art. 61, todos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela aplicação de **multa** no valor de **80 (oitenta) UFERMS** ao Senhor **Thiego Holosbach Fernandes Lopes**, vereador-presidente, à época, tendo em vista as irregularidades apontadas, sendo **60 (sessenta) UFERMS** em razão do descumprimento de limite constitucional e **20 (vinte) UFERMS** em razão da divergência de escrituração; pela **concessão** do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o recolhimento ao FUNTC, da multa aplicada, bem como para a comprovação no referido prazo, nos termos do art. 185, § 1º, I e II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, sob pena de cobrança executiva judicial, nos termos dos arts. 83 e 78, ambos da LCE n. 160/2012; pela **recomendação** ao atual gestor, ao responsável contábil e ao controlador interno, para que observem, com mais rigor, as normas aplicáveis à contabilidade pública; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1234/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/2628/2021

PROTOCOLO: 2094607

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BONITO

JURISDICIONADO: ILZA GOMES SOARES

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – EQUILÍBRIO NA GESTÃO DAS CONTAS – LEGALIDADE DOS ATOS – IMPROPRIEDADE – AUSÊNCIA DAS NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**

É declarada a regularidade com ressalva da prestação de contas anuais de gestão, com fundamento no art. 59, II e § 1º, da LCE n. 160/2012, diante da legalidade dos atos, com exceção da ausência de notas explicativas, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, expedindo-se recomendação ao atual gestor do órgão, para que observe, com mais rigor, as normas contábeis aplicáveis à administração pública.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade, com ressalva**, da prestação de contas anual de gestão do **Fundo Municipal de Assistência Social de Bonito**, referente ao exercício de **2020**, de responsabilidade da **Sra. Ilza Gomes Soares**, secretária municipal de Assistência Social, à época, com fundamento no art. 59, II e § 1º, da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao atual gestor do órgão, para que observe, com mais rigor, as normas contábeis aplicáveis à administração pública.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1236/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/3665/2022

PROTOCOLO: 2161691

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEDRO GOMES

JURISDICIONADA: SANDRA TERESA BEDIN GARCIA

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CONTAS REGULARES – QUITAÇÃO.**

É declarada a regularidade das contas anuais de gestão, nos termos do art. 59, I, c/c o art. 60, ambos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, em razão do cumprimento da legislação aplicável à matéria, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados, no mesmo período.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade** das contas anuais de gestão do **Fundo Municipal de Saúde de Pedro Gomes**, referentes ao exercício financeiro de **2021**, de responsabilidade da Sra. **Sandra Teresa Bedin Garcia**, secretária municipal de Saúde e Saneamento e gestora do Fundo, dando-lhe a devida quitação, nos termos do art. 59, I, c/c o art. 60, ambos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados, no mesmo período; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados e às demais autoridades administrativas competentes, observado o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1238/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/2966/2021  
PROTOCOLO: 2095241  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO  
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BODOQUENA  
JURISDICIONADO: MICHEL SOUZA DE OLIVEIRA  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CONTAS REGULARES.**

É declarada a regularidade da prestação de contas anuais de gestão, com fundamento no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, dando a devida quitação ao responsável, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade** das contas anuais de gestão do **Fundo Municipal de Saúde de Bodoquena**, referentes ao exercício de 2020, de responsabilidade do **Sr. Michel Souza de Oliveira**, secretário municipal de Saúde, à época, com fundamento no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, dando-lhe a devida quitação, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1241/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/3885/2022  
PROTOCOLO: 2162443  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO  
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS  
JURISDICIONADO: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – NÃO ATENDIMENTO INTEGRAL À TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS E A ANÁLISE – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO – QUITAÇÃO.**

É declarada a regularidade com ressalva das contas anuais de gestão, nos termos do art. 59, II, § 1º, da LCE n. 160/2012, e dada a devida quitação ao responsável, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, com a recomendação cabível.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade com ressalva** das contas anuais de gestão do **Fundo Municipal de Saúde de Alcínópolis**, referentes ao exercício de **2021**, de responsabilidade do Sr. **João Abadio de Oliveira Neto**, secretário municipal de Saúde, com fundamento no art. 59, II, § 1º, da LCE n. 160/2012, dando-lhe a devida quitação, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao responsável, ou a quem o tiver sucedido ou sucedê-lo, da adoção das medidas necessárias para

a correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a ocorrência futura de impropriedades semelhantes ou assemelhadas, principalmente quanto à Transparência da Gestão Fiscal; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1245/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/3059/2021

PROTOCOLO: 2095377

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANASTÁCIO

JURISDICIONADO: ALINE DA SILVA CAUNETO

ADVOGADOS: JULIANNA LOLLI GHETTI OAB/MS nº 18.988; MARCIO LOLLI GHETTI OAB/MS nº 5.450

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – IMPROPRIEDADES QUE NÃO CAUSARAM PREJUÍZOS AO ERÁRIO – FALTA DE APRESENTAÇÃO DO PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE E DA ATA DE UM QUADRIMESTRE – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**

É declarada a regularidade com ressalva das contas anuais de gestão, com fundamento no art. 59, II e §1º, da LCE n. 160/2012, uma vez que a gestão orçamentária, financeira e patrimonial não apresentou falhas dignas de restrição, mas apenas impropriedades que não causaram prejuízos ao erário, as quais ensejam a recomendação, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade, com ressalva**, das contas anuais de gestão do **Fundo Municipal de Saúde de Anastácio**, referentes ao exercício de 2020, de responsabilidade da **Sra. Aline da Silva Cauneto**, ex-secretária municipal de Saúde, com fundamento no art. 59, II e §1º, da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao responsável, ou a quem o tiver sucedido ou sucedê-lo, para que adote as medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a ocorrência futura de impropriedades semelhantes ou assemelhadas.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1246/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/14140/2016

PROTOCOLO: 1710243

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

JURISDICIONADO: EDNEI MARCELO MIGLIOLI

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS – ASPECTOS RELEVANTES – LEGALIDADE DOS ATOS – IDENTIFICAÇÃO DE IMPROPRIEDADES – JUSTIFICATIVAS DO GESTOR – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**

É declarada a regularidade com ressalva da prestação de contas anuais de gestão, com fundamento no art. 59, II e § 1º, da LCE n. 160/2012, uma vez que demonstrações contábeis representaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, de acordo com as práticas contábeis aplicadas ao setor público, e a legalidade dos atos, com exceção das impropriedades que justificadas e devem ser relevadas, aplicando, como medida suficiente, a recomendação aos gestores do órgão para que observem, com maior rigor, as normas contábeis, em especial, da publicação tempestiva das Notas Explicativas junto aos Demonstrativos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (DCASPs).

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade com ressalva** da **prestação de contas anuais de gestão** da **Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos**,

referente ao exercício de **2015**, de responsabilidade do **Sr. Ednei Marcelo Miglioli**, secretário estadual de infraestrutura, à época, com fundamento no art. 59, II e § 1º, da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao atual gestor do órgão, para que observe, com mais rigor, as normas contábeis aplicáveis à administração pública; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1310/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/1796/2022  
PROTOCOLO: 2154058  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO  
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUMBÁ  
JURISDICIONADO: GENILSON CANAVARRO DE ABREU  
PROCURADOR: ALCINO CARDOSO DO VALLE JUNIOR  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – CORRETA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS DO EXERCÍCIO – IDENTIFICAÇÃO DE IMPROPRIEDADE – AUSÊNCIA DO PARECER DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**  
É declarada a regularidade com ressalva da prestação de contas anuais de gestão, com fundamento no art. 59, II e § 1º, da LCE n. 160/2012, em razão da correta demonstração dos resultados finais do exercício, evidenciando equilíbrio na gestão das contas, e legalidade dos atos, com exceção da impropriedade identificada, a qual deve ser relevada, aplicando, como medida suficiente, a recomendação ao atual gestor do órgão.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade com ressalva** da prestação de contas anuais de gestão do **Fundo Municipal de Educação de Corumbá**, referente ao exercício de **2020**, de responsabilidade do **Sr. Genilson Canavarro de Abreu**, secretário municipal de Educação, à época, com fundamento no art. 59, II e § 1º, da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao atual gestor do órgão, para que observe, com mais rigor, as normas contábeis aplicáveis à Administração Pública; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1316/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/2070/2021  
PROTOCOLO: 2093096  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO  
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NIOAQUE  
JURISDICIONADOS: 1. SANDRA MARIA SANTOS CALONGA; 2. VALDIR COUTO DE SOUZA JÚNIOR  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – ATOS DE GESTÃO REALIZADOS COM OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES – IDENTIFICAÇÃO DE FALHA FORMAL – NÃO DISPONIBILIZAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO À TRANSPARÊNCIA DE GESTÃO DA SAÚDE NO PORTAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**  
É declarada a regularidade com ressalva da prestação de contas anuais de gestão, nos termos do art. 59, II, da LCE n. 160/2012, uma vez que os atos de gestão realizados ocorreram com observância às normas legais e regulamentares, com exceção da identificação de falha formal, que não tem força impeditiva à aprovação, resultando na recomendação ao jurisdicionado para que observe, com rigor, as normas legais e regulamentares que regem a administração pública, evitando que as falhas verificadas voltem a ocorrer, especialmente para que providencie a disponibilização dos documentos necessários a adequada Transparência de Gestão da Saúde no portal eletrônico do Município.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade com ressalva** da **Prestação de Contas Anuais de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Nioaque**, exercício financeiro de **2020**, de responsabilidade da **Sra. Sandra Maria Santos Calonga**, secretária municipal de saúde, à época, e do **Sr. Valdir Couto de Souza Júnior**, prefeito municipal, em razão das falhas formais constatadas, nos termos do art. 59, II, da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao jurisdicionado para que observe, com rigor, as normas legais e regulamentares que regem a administração pública, evitando que as falhas aqui verificadas voltem a ocorrer, especialmente para que providencie a disponibilização dos documentos necessários à adequada Transparência de Gestão da Saúde no portal eletrônico do Município de Nioaque; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC00 - 1319/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/2109/2018

PROTOCOLO: 1889499

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUIRAI

JURISDICIONADO: EDILSON LUIZ PEREIRA

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – CÂMARA MUNICIPAL – ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS – AUSÊNCIA DAS NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – INCONSISTÊNCIA NA APRESENTAÇÃO DO ARQUIVO XML DO ANEXO 13 – JUSTIFICATIVAS DO GESTOR – EQUÍVOCO NA IMPORTAÇÃO DE DADOS – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO – QUITAÇÃO.**

É declarada a regularidade com ressalva da prestação de contas anuais de gestão, com fundamento no art. 59, II, da LCE n. 160/2012, e dada a devida quitação ao jurisdicionado, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, diante da legalidade dos atos em exame, com exceção de impropriedades que devem ser relevadas, aplicando, como medida suficiente, a recomendação aos gestores do órgão para que observem, com maior rigor, as normas contábeis.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 12ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade com ressalva** da prestação de contas anuais de gestão da **Câmara Municipal de Itaquirai**, referentes ao exercício de **2017**, de responsabilidade do **Sr. Edilson Luiz Pereira**, vereador-presidente, à época, com fundamento no art. 59, II, da LCE n. 160/2012, dando-lhe a devida **quitação**, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao atual gestor da Câmara Municipal de Itaquirai, para que observe, com mais rigor, as normas aplicáveis quanto à contabilidade pública; e pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma consignada no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 21 de novembro de 2023.

**Alessandra Ximenes**

Chefe da Diretoria das Sessões dos Colegiados

**Primeira Câmara Virtual**

**Acórdão**

**ACÓRDÃOS** do egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, proferidos na **20ª** Sessão Ordinária **VIRTUAL DA PRIMEIRA CÂMARA**, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023.

**ACÓRDÃO - AC01 - 228/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/11996/2022

PROCOLO: 2194127

TIPO DE PROCESSO: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

JURISDICIONADA: MURIEL MOREIRA

INTERESSADAS: 1. A2 DISTRIBUIDORA BRASIL LTDA; 2. CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA; 3. CM HOSPITALAR S/A; 4. CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA; 5. EREFARMA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI; 6. M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI; 7. MEDCOM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA; 8. MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A; 9. MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI; E 10. NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI.

VALOR: R\$ 9.674.797,58

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO ELETRÔNICO – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – FORMALIZAÇÃO – ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS E REGULAMENTARES – IMPROPRIEDADE – PREÇOS SUPERIORES AOS PRATICADOS POR OUTROS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NO MERCADO – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS – REGULARIDADE COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**

É declarada a regularidade com ressalva do procedimento licitatório e da formalização das atas de registro de preços, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 121, I, “a”, do RITC/MS, que resulta na recomendação cabível.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 20ª Sessão Ordinária Virtual da Primeira Câmara, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade, com ressalva, do procedimento licitatório** na modalidade Pregão Eletrônico n. 35/2022-SAD, consoante dispõe o art. 59, II, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 121, I, “a”, do RITC/MS; pela **regularidade, com ressalva, da formalização** das Atas de Registro de Preços n. 67/SAD/2022, n. 67/SAD/2022-1, n. 67/SAD/2022-2, n. 67/SAD/2022-3, n. 67/SAD/2022-4, n. 67/SAD/2022-5, n. 67/SAD/2022-6, n. 67/SAD/2022-7, n. 67/SAD/2022-8, n. 67/SAD/2022-9 e n. 86/SAD/2022, consoante dispõe o art. 59, II, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 121, I, “a”, do RITC/MS; e pela **recomendação** ao responsável, a adoção das medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a ocorrência futura de impropriedades semelhantes ou assemelhadas, nos termos do art. 59, §1º, II, da LCE n. 160/2012.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

[ACÓRDÃO - AC01 - 230/2023](#)

PROCESSO TC/MS: TC/13297/2022

PROCOLO: 2198668

TIPO DE PROCESSO: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO VERDE DE MATO GROSSO

JURISDICIONADO: REUS ANTÔNIO SABEDOTTI FORNARI.

INTERESSADOS: 1. ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; 2. INOVAMED HOSPITALAR LTDA; 3. GEORGINI PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; 4. DU BOM DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI; 5. DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI; 6. FIA COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; 7. MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; 8. CIRÚRGICA MS LTDA; 9. COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA; E 10. DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

VALOR: R\$ 816.612,50

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – REGISTRO DE MEDICAMENTOS COM VALORES ACIMA DA TABELA CMED – IRREGULARIDADE – MULTA – ADOÇÃO DA FORMA PRESENCIAL EM DETRIMENTO DA ELETRÔNICA – AUSÊNCIA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – RECOMENDAÇÃO.**

1. É declarada a irregularidade do procedimento licitatório e da formalização da ata de registro de preços, nos termos do art. 59, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 121, I, “a”, do RITC/MS, em razão do registro de medicamentos com valores acima da tabela CMED, com infringência ao art. 3º da Lei n. 8.666/1993, o que enseja aplicação de multa ao responsável.

2. A adoção da forma presencial do pregão em detrimento da eletrônica e a ausência de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, que justificadas pelo gestor, atraem como medida suficiente a recomendação.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 20ª Sessão Ordinária Virtual da Primeira Câmara, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **irregularidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 61/2022, consoante dispõe o art. 59, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 121, I, "a", do RITC/MS; pela **irregularidade** da formalização da Ata de Registro de Preços n. 44/2022, consoante dispõe o art. 59, III, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 121, I, "a", do RITC/MS; pela **aplicação de multa**, no valor correspondente a **30 (trinta) UFERMS**, ao Sr. **Reus Antônio Sabedotti Fornari**, prefeito municipal, em razão do registro de medicamentos com valores acima da tabela CMED, com infringência ao art. 3º, da Lei n. 8.666/1993, com supedâneo no art. 42, I e IX, e art. 44, I, ambos da LCE n. 160/2012; pela **concessão** do prazo de **45 (quarenta e cinco) dias úteis**, para que o responsável acima nominado recolha o valor da multa imposta no item 3 aos cofres do FUNTC, comprovando-se nos autos, com fulcro nos arts. 54 e 83 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 210, do RITC/MS, sob pena de cobrança executiva, observado o disposto no art. 78 da mesma Lei Complementar; e pela **recomendação** ao responsável ou a quem o tiver sucedido ou sucedê-lo, a adoção das medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a ocorrência futura de impropriedades semelhantes ou assemelhadas, nos termos do art. 59, §1º, II, da LCE n. 160/2012.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC01 - 232/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/1446/2021

PROTOCOLO: 2090432

TIPO DE PROCESSO: CONTRATO ADMINISTRATIVO

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS

JURISDICIONADO: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO

INTERESSADO: ANA CECILIA BRANDÃO DE CARVALHO SERVIÇOS MÉDICOS – ME.

VALOR: R\$171.310,00

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - CONTRATO ADMINISTRATIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – ATOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ATENDIMENTO À EXIGÊNCIAS LEGAIS – REGULARIDADE – INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS – MULTA – RECOMENDAÇÃO.**

1. É declarada a regularidade dos atos de execução do objeto do contrato em razão do atendimento às exigências legais aplicáveis à matéria.
2. A remessa intempestiva de documentos a esta Corte de Contas enseja a aplicação de multa ao responsável, com fulcro nos arts. 44, I e 46, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 181, § 1º, do RITC/MS, além da recomendação.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 20ª Sessão Ordinária Virtual da Primeira Câmara, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade** dos atos de **execução do objeto** do Contrato n. 181/2020, celebrado entre o **Fundo Municipal de Saúde de Alcínópolis/MS** e a empresa **Ana Cecília Brandão de Carvalho Serviços Médicos - ME**, constando como ordenador de despesas o Sr. **João Abadio de Oliveira Neto**, secretário municipal de saúde, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 121, III, do RITC/MS; pela **aplicação da multa de 25 (vinte e cinco) UFERMS** ao Sr. **João Abadio de Oliveira Neto**, pela remessa intempestiva de documentos a esta Corte de Contas, com fulcro nos arts. 44, I e 46, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 181, § 1º, do RITC/MS; pela **concessão** do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis para o recolhimento da imposição ao FUNTC/MS, de acordo com o artigo 185, § 1º, I e II, do RITC/MS, c/c o art. 83 da LCE n. 160/2012, e comprovação nos autos sob pena de cobrança executiva, observado o disposto no art. 78 da mesma lei complementar; e pela **recomendação** ao jurisdicionado para observar com maior rigor os prazos estipulados na Resolução TCE/MS n. 88/2018, para remessa de documentos a este Colendo Tribunal.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

**ACÓRDÃO - AC01 - 233/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/3131/2021

PROTOCOLO: 2095592

TIPO DE PROCESSO: CONTRATO ADMINISTRATIVO

ÓRGÃO: EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

JURISDICIONADOS: 1. ANDRÉ LUIS SOUKEF DE OLIVEIRA; 2. WALTER BENEDITO CARNEIRO JUNIOR

INTERESSADO: TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA

VALOR: R\$ 693.772,80

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - CONTRATO ADMINISTRATIVO – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA TRATADA COM REDE DE ADUÇÃO DE ÁGUA – FORMALIZAÇÃO E TEOR DO CONTRATO – ATOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO – REGULARIDADE.**

É declarada a regularidade da formalização e do teor do contrato administrativo e dos atos de execução do objeto contratado em razão do atendimento às normas legais e regulamentares que regem a matéria.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 20ª Sessão Ordinária Virtual da Primeira Câmara, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade** da **formalização** e do teor do Contrato n. 19/2021, celebrado entre a **Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – Sanesul**, e a empresa **Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda**, e dos atos de **execução do objeto** contratado, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 121, II e III, do RITC/MS, constando como Ordenadores de Despesas os Srs. **Walter Benedito Carneiro Junior**, Diretor-Presidente, à época, e **André Luis Soukef de Oliveira**, Diretor de Administração e Finanças, à época.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

[ACÓRDÃO - AC01 - 235/2023](#)

PROCESSO TC/MS: TC/10203/2021

PROTOCOLO: 2126008

TIPO DE PROCESSO: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO/ CONTRATO ADMINISTRATIVO

ÓRGÃO: EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

JURISDICIONADOS: 1. WALTER BENEDITO CARNEIRO JUNIOR; 2. ONOFRE ASSIS DE SOUZA

INTERESSADO: HIDRO OESTE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS LTDA - EPP

VALOR: R\$ 416.300,00

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**EMENTA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO – FORMALIZAÇÃO E TEOR DO CONTRATO – ATOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO – REGULARIDADE.**

É declarada a regularidade do procedimento licitatório, da formalização e do teor do contrato dele decorrente, e dos atos de execução do objeto contratado em razão do atendimento às normas legais e regulamentares que regem a matéria.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 20ª Sessão Ordinária Virtual da Primeira Câmara, realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela **regularidade** do procedimento de **Licitação** n. 40/2021 realizado pela **Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – Sanesul**, da **formalização** e do teor do **Contrato** n. 134/2021, dele decorrente, celebrado com a empresa **Hidro Oeste Perfurações de Poços Artesianos Ltda - EPP**, e dos atos de **execução do objeto** contratado nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 121, I, “a”, II e III, do RITC/MS, constando como responsáveis os Srs. **Walter Benedito Carneiro Júnior**, Diretor-Presidente, à época, e **Onofre Assis de Souza**, Diretor Comercial e de Operações, à época.

Campo Grande, 1º de novembro de 2023.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 21 de novembro de 2023.

**Alessandra Ximenes**

Chefe da Diretoria das Sessões dos Colegiados

**Juízo Singular**

**Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos**

**Decisão Singular**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 8989/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/10010/2023

PROTOCOLO: 2279135

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** TATIANE MARIA DA SILVA MORCH

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO

**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo do Procedimento de Controle Prévio à licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Naviraí, mediante o Pregão Presencial sob o n. 114/2023, tendo por objeto o registro de preços para aquisição futura de gêneros alimentícios.

A Divisão de Fiscalização não realizou o Controle Prévio dessa licitação, sugerindo seu exame em sede de Controle Posterior, conforme autorizado pelo art. 156 do Regimento Interno cc. art. 17, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 88/2018.

A Procuradoria de Contas manifestou-se (PAR - 3ª PRC - 11836/2023 – peça 15) pela extinção e consequentemente arquivamento dos autos, em face da perda de objeto.

É o relatório. Passo à decisão.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pela **EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** do presente Controle Prévio, nos termos dos artigos 11, V, “a”, 152, II e 154, todos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MS n. 98/2018, sem prejuízo ao exame posterior do procedimento licitatório (art. 156);
2. Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**  
Conselheira Substituta  
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

#### **DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 9098/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10014/2023

**PROTOCOLO:** 2279146

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** MARIANA CRUZ ROSADA

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO

**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo do Procedimento de Controle Prévio à licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Naviraí, Pregão Presencial n. 115/2023, tendo por objeto o registro de preços objetivando aquisição futura de gêneros alimentícios não perecíveis.

A Divisão de Fiscalização não realizou o Controle Prévio dessa licitação, sugerindo seu exame em sede de Controle Posterior, conforme autorizado pelo art. 156 do Regimento Interno cc. art. 17, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 88/2018.

A Procuradoria de Contas manifestou-se (PAR - 3ª PRC - 12101/2023 – peça 16) pela extinção e consequentemente arquivamento dos autos, em face da perda de objeto.

É o relatório. Passo à decisão.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pela **EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** do presente Controle Prévio, nos termos dos artigos 11, V, “a”, 152, II e 154, todos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MS n. 98/2018, sem prejuízo ao exame posterior do procedimento licitatório (art. 156);
2. Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**  
Conselheira Substituta  
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 9026/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10162/2023  
**PROTOCOLO:** 2280413  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA  
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** JULIANO FERRO BARROS DONATO  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO  
**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo do Procedimento de Controle Prévio à licitação instaurada pelo município de Ivinhema, Pregão Eletrônico n. 25/2023, tendo por objeto registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de informática e eletrônicos para as diversas Secretarias do Municipais.

A Divisão de Fiscalização não realizou o Controle Prévio dessa licitação, sugerindo seu exame em sede de Controle Posterior, conforme autorizado pelo art. 156 do Regimento Interno cc. art. 17, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 88/2018.

A Procuradoria de Contas manifestou-se (PAR - 3ª PRC - 11930/2023 – peça 30) pela extinção e consequentemente arquivamento dos autos, em face da perda de objeto.

É o relatório. Passo à decisão.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pela **EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** do presente Controle Prévio, nos termos dos artigos 11, V, “a”, 152, II e 154, todos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MS n. 98/2018, sem prejuízo ao exame posterior do procedimento licitatório (art. 156);
2. Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2023.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**  
Conselheira Substituta  
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 9056/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10259/2023  
**PROTOCOLO:** 2281519  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUIRAÍ  
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** THALLES HENRIQUE TOMAZELLI  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO  
**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo do Procedimento de Controle Prévio à licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Itaquiraí, Pregão Presencial n. 56/2023, tendo por objeto a contratação de empresa para oferecer solução na demanda por peças e serviços para atendimento da frota de veículos da administração Municipal.

A Divisão de Fiscalização não realizou o Controle Prévio dessa licitação, sugerindo seu exame em sede de Controle Posterior, conforme autorizado pelo art. 156 do Regimento Interno cc. art. 17, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 88/2018.

A Procuradoria de Contas manifestou-se (PAR - 3ª PRC - 12300/2023 – peça 15) pela extinção e consequentemente arquivamento dos autos, em face da perda de objeto.

É o relatório. Passo à decisão.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pela **EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** do presente Controle Prévio, nos termos dos artigos 11, V, “a”, 152, II e 154, todos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MS n. 98/2018, sem prejuízo ao exame posterior do procedimento licitatório (art. 156);
2. Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**  
Conselheira Substituta  
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 9072/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1045/2023

**PROCOLO:** 2226764

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** GABRIEL BOFFO DA ROCHA

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO

**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo do Procedimento de Controle Prévio à licitação instaurada pelo município de Batayporã, Pregão Presencial n. 4/2023, tendo por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para prestação de serviço de serralheria.

A Divisão de Fiscalização não realizou o Controle Prévio dessa licitação, sugerindo seu exame em sede de Controle Posterior, conforme autorizado pelo art. 156 do Regimento Interno cc. art. 17, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 88/2018.

A Procuradoria de Contas manifestou-se (PAR - 3ª PRC - 11767/2023 – peça 15) pela extinção e conseqüentemente arquivamento dos autos, em face da perda de objeto.

É o relatório. Passo à decisão.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pela **EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** do presente Controle Prévio, nos termos dos artigos 11, V, “a”, 152, II e 154, todos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MS n. 98/2018, sem prejuízo ao exame posterior do procedimento licitatório (art. 156);
2. Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**  
Conselheira Substituta  
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 9035/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1658/2023

**PROCOLO:** 2229575

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** JULIANO FERRO BARROS DONATO

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO

**RELATOR:** CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo do Procedimento de Controle Prévio à licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Ivinhema, Pregão Presencial n. 009/2023, tendo por objeto o registro de preços prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos refrigeradores e dos condicionadores de ar, incluindo as peças, materiais e equipamentos necessários para a remoção, manutenção e instalação dos mesmos para atender as diversas Secretarias, Gabinete do Prefeito e o Fundo Municipal de Saúde.

A Divisão de Fiscalização não realizou o Controle Prévio dessa licitação, sugerindo seu exame em sede de Controle Posterior, conforme autorizado pelo art. 156 do Regimento Interno cc. art. 17, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 88/2018.

A Procuradoria de Contas manifestou-se (PAR - 3ª PRC - 11939/2023— peça 15) pela extinção e conseqüentemente arquivamento dos autos, em face da perda de objeto.

É o relatório. Passo à decisão.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pela **EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** do presente Controle Prévio, nos termos dos artigos 11, V, “a”, 152, II e 154, todos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MS n. 98/2018, sem prejuízo ao exame posterior do procedimento licitatório (art. 156);
2. Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2023.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**  
Conselheira Substituta  
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

#### **DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 9014/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1763/2023

**PROCOLO:** 2230012

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** AGUINALDO DOS SANTOS

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO

**RELATOR:** CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo do Procedimento de Controle Prévio à licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Eldorado-MS, mediante o Pregão Presencial sob o n. 007/2023, tendo por objeto a aquisição de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel comum, óleo diesel S10B e etanol comum), para atender as necessidades das secretarias municipais da prefeitura municipal de Eldorado/MS.

A Divisão de Fiscalização não realizou o Controle Prévio com fundamento no princípio da amostragem intencional não probabilística, transferindo o exame da matéria para o controle posterior.

A Procuradoria de Contas manifestou-se (PAR - 3ª PRC - 12104/2023— peça 20) pela extinção e conseqüentemente arquivamento dos autos, em face do controle posterior.

É o relatório. Passo à decisão.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pela **EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** do presente Controle Prévio, nos termos dos artigos 11, V, “a”, 152, II e 154, todos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MS n. 98/2018, sem prejuízo ao exame posterior do procedimento licitatório (art. 156);
2. Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2023.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**  
Conselheira Substituta  
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023

### DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 8974/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/941/2023

**PROCOLO:** 2226309

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** JULIANO FERRO BARROS DONATO

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO

**RELATOR:** CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo do Procedimento de Controle Prévio à licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Ivinhema, Pregão Presencial n. 004/2023, tendo por objeto a locação de impressoras com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões, manutenção e fornecimento insumos conforme especificações constantes do edital e seus anexos, no valor estimado de R\$ 820.654,56 (oitocentos e vinte mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

A Divisão de Fiscalização não realizou o Controle Prévio dessa licitação, em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco adotados para fiscalização.

A Procuradoria de Contas manifestou-se (PAR - 3ª PRC – 12204/2023 – peça 16) pela extinção e conseqüentemente arquivamento dos autos, em face do controle posterior.

É o relatório. Passo à decisão.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pela **EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** do presente Controle Prévio, nos termos dos artigos 11, V, “a”, 152, II e 154, todos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MS n. 98/2018, sem prejuízo ao exame posterior do procedimento licitatório (art. 156);

2. Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**  
Conselheira Substituta  
(ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

### DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 8975/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/9578/2023

**PROCOLO:** 2275062

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** EDSON STEFANO TAKAZONO

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO

**RELATOR:** CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo do Procedimento de Controle Prévio à licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Anaurilândia, Pregão Eletrônico n.007/2023, tendo por objeto o Registro de Preços para aquisição futura de alimentos para atender as necessidades da Prefeitura e suas respectivas Secretarias, no valor estimado de R\$ 3.993.029,76 (três milhões, novecentos e noventa e três mil, vinte e nove reais e setenta e seis centavos).

A Divisão de Fiscalização não realizou o Controle Prévio com fundamento no princípio da amostragem intencional não probabilística, transferindo o exame da matéria para o controle posterior, por intermédio da SOL-DFLCP-299/2023.

A Procuradoria de Contas manifestou-se (PAR - 3ª PRC – 11776/2023 – peça 16) pela extinção e conseqüentemente arquivamento dos autos, em face do controle posterior.

É o relatório. Passo à decisão.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pela **EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** do presente Controle Prévio, nos termos dos artigos 11, V, “a”, 152, II e 154, todos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MS n. 98/2018, sem prejuízo ao exame posterior do procedimento licitatório (art. 156);

2. Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**  
Conselheira Substituta  
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 8971/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9751/2023

**PROTOCOLO:** 2276968

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** EDSON STEFANO TAKAZONO

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO

**RELATOR:** CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS c

Trata o presente processo do Procedimento de Controle Prévio à licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Anaurilândia, Pregão Presencial n. 19/2023, tendo por objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais de construção e equipamentos.

A Divisão de Fiscalização não realizou o Controle Prévio dessa licitação, em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco adotados para fiscalização.

A Procuradoria de Contas manifestou-se (PAR - 3ª PRC – 11825/2023 – peça 16) pela extinção e conseqüentemente arquivamento dos autos, em face do controle posterior.

É o relatório. Passo à decisão.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1. Pela **EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO** do presente Controle Prévio, nos termos dos artigos 11, V, “a”, 152, II e 154, todos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MS n. 98/2018, sem prejuízo ao exame posterior do procedimento licitatório (art. 156);

2. Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**  
Conselheira Substituta  
(ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira**

**Decisão Singular**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 8222/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9471/2023

**PROTOCOLO:** 2274205

**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA CARAPA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** DANILO JOSE PAGNUSSAT

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO

**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

## CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO – ANÁLISE DIFERIDA PARA O CONTROLE POSTERIOR – ARQUIVAMENTO.

Trata-se de Controle Prévio em relação ao Pregão Eletrônico n.º 11/2023, do Município de Laguna Carapã/MS, tendo como objeto o registro de preços para futura aquisição de medicamentos.

A Divisão de Fiscalização de Saúde apontou irregularidade na pesquisa de mercado do Pregão, onde sugeriu pela adoção de medida cautelar diante de risco de dano e prejuízo ao erário (peça 19).

O jurisdicionado foi intimado e se manifestou nos autos (peças 27-28)

Em reanálise, a Divisão Especializada, considerando que o Pregão já estava em andamento e que os preços obtidos no ato para os itens 34, 64, 65 e 80 ficaram próximos das médias da pesquisa apresentada na análise anterior, sugeriu a apreciação do certame em controle posterior (peça 34).

O Ministério Público de Contas acompanhou a Divisão de Fiscalização e opinou pelo arquivamento deste processo, em virtude da perda do objeto, com análise do procedimento em Controle Posterior (peça 37).

Eis o relatório. Passo à decisão.

No caso, conforme entenderam a Divisão de Fiscalização e o Ministério Público de Contas, restou superada a etapa preventiva, o que encerra a fase do controle prévio, devendo qualquer análise sobre esta licitação ser realizada em sede de Controle Posterior.

### DISPOSITIVO

Diante disso, acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – **PELO ARQUIVAMENTO** destes autos, conforme art. 152, II, da do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018;

II – **PELA REMESSA** dos autos à Gerência de Controle Institucional para **INTIMAÇÃO** dos termos da decisão ao interessado, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

Campo Grande/MS, 16 de novembro de 2023.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 3549/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10753/2014

**PROCOLO:** 1521793

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** GETULIO FURTADO BARBOSA

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

### CONTRATAÇÃO PÚBLICA - QUITAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA - ARQUIVAMENTO.

Trata-se de **contratação pública**, celebrada pela Prefeitura Municipal de Figueirão, na gestão do **Sr. Getúlio Furtado Barbosa**, inscrito no **CPF/MF sob o n.º XXX.365.801-XX**.

Este Tribunal, por meio da **Deliberação “AC01 – 61/2019”** decidiu pela **irregularidade** do procedimento licitatório, da formalização do Contrato de Obra n.º 41/2010, do 1º Termo Aditivo e da Execução Financeira, com a **aplicação de multa** no valor de 50 (cinquenta) UFERMS.

Depois de transitado em julgado do acórdão, o jurisdicionado efetuou o pagamento da multa regimental imposta, conforme constatado na **Certidão de Quitação de Dívida Ativa** acostada à fl. 226.

É o relatório.

Analisando-se os autos, verifica-se, que a **Deliberação “AC01 – 61/2019”** foi cumprida, visto que o jurisdicionado quitou a multa regimental imposta, conforme demonstrado no termo da **Certidão de Quitação de Dívida Ativa** acostada à fl. 226.

Dessa forma, entende-se que o processo deve ser arquivado, conforme o disposto no art. 186, V, “a”, da Resolução TC/MS n.º 98/2018, demonstrado abaixo:

Art. 186. A efetividade do controle externo exercido pelo Tribunal será consumada por meio de “Decisão Singular” de Conselheiro ou por meio de “Acórdão” de Câmara ou do Tribunal Pleno que, em caráter definitivo, nos termos do art. 72 da LC n.º 160, de 2012:

(...)  
V - Determinar a extinção ou o arquivamento do processo:  
a) **Em relação ao qual foi cumprida a decisão instrumentalizada na Decisão Singular ou no Acórdão, observado, no que couber, o disposto no art. 187.** (Grifo nosso)

Diante disso, **DECIDO:**

I - **PELO ARQUIVAMENTO** destes autos referente à **contratação pública**, realizada pela Prefeitura Municipal de Figueirão, devido à quitação de multa regimental efetuada pelo Sr. **Getúlio Furtado Barbosa**, inscrito no **CPF/MF sob o n.º XXX.365.801-XX**, com fulcro no artigo 186, V, “a”, da Resolução TC/MS 98/2018;

II - **PELA INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 14 de novembro de 2023.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 6575/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/13080/2010

**PROCOLO:** 1017614

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** DALTRO FIUZA

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

#### **CONTRATAÇÃO PÚBLICA - QUITAÇÃO DE MULTA - ARQUIVAMENTO.**

Trata-se de processo de contratação pública, celebrada pela Prefeitura Municipal de Sidrolândia, na gestão do Sr. Daltro Fiuza, inscrito no CPF/MF sob o n.º XXX.509.411-XX.

Este Tribunal, por meio da Deliberação AC01 - 1970/2015, peça 19, decidiu pela Irregularidade da execução do contrato administrativo, pela Regularidade do 1º Termo Aditivo, com a aplicação de multa ao gestor citado no valor de 20 (vinte) UFERMS.

O Jurisdicionado interpôs recurso e, após, efetuou o pagamento da multa regimental imposta, conforme Certidão de Quitação de Multa e Certidão de Quitação de Dívida Ativa acostadas às fls. 387 e 389/391.

É o relatório.

Analisando-se os autos, verifica-se que o jurisdicionado quitou a multa regimental imposta na Deliberação AC01 - 1970/2015, conforme demonstrado nos termos da Certidão de Quitação de Multa e Certidão de Quitação de Dívida Ativa às fls. 387 e 389/391.

Assim, segundo a Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24, de 01 de agosto de 2022, o processo deve ser extinto, em decorrência do cumprimento de sanção de multa com redução, sendo que sua deliberação deve ser feita por meio de Decisão Singular, consonante o art. 6º, Parágrafo único, *in verbis*:

Art. 6º Os processos, eventuais recursos e pedidos de revisão, cujas multas forem quitadas com redução, serão submetidos ao Conselheiro Relator do feito para decidir quanto à sua extinção ou continuidade, para cumprimento de outros atos executórios. Parágrafo único. A extinção do processo, em decorrência da certificação de cumprimento de sanção de multa paga com redução, conforme previsto nesta Instrução Normativa, será deliberada em decisão singular do Conselheiro Relator.

Dessa forma, entende-se que o processo deve ser arquivado, conforme o disposto no art. 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018:

Art. 186. A efetividade do controle externo exercido pelo Tribunal será consumada por meio de “Decisão Singular” de Conselheiro ou por meio de “Acórdão” de Câmara ou do Tribunal Pleno que, em caráter definitivo, nos termos do art. 72 da LC n.º 160, de 2012:

(...)  
V - determinar a extinção ou o arquivamento do processo:  
a) em relação ao qual foi cumprida a decisão instrumentalizada na Decisão Singular ou no Acórdão, observado, no que couber, o disposto no art. 187;

Diante disso, com fulcro no artigo 6º, parágrafo único, da Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24/2022 e artigo 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018, **DECIDO:**

**I – PELA EXTINÇÃO** do processo com o conseqüente **ARQUIVAMENTO** dos autos referentes a contratação pública em tela, realizado na gestão do Sr. Daltro Fiuza, inscrito no CPF/MF sob o n.º XXX.509.411-XX, devido a quitação de multa regimental;

**II - PELA INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 14 de novembro de 2023.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 4421/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/13646/2015

**PROCOLO:** 1618643

**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVINHEMA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** ANA CLÁUDIA COSTA BUHLER; EDER UILSON FRANÇA LIMA

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**CONTRATAÇÃO PÚBLICA – QUITAÇÃO DE MULTA - ARQUIVAMENTO.**

Trata-se de processo de contratação pública efetuado pelo Fundo Municipal de Saúde de Ivinhema, na gestão do Sr. Éder Uilson França Lima, inscrito no CPF sob o n.º XXX.231.411-XX, e da Sra. Ana Claudia Costa Buhler, inscrita no CPF sob o n.º XXX.403.881-XX.

Este Tribunal, por meio da Decisão Singular DSG - G.WNB – 614/2022, peça 47, decidiu pela Regularidade com Ressalva da execução financeira e pela aplicação de multa solidária aos gestores citados no valor total de 30 (trinta) UFERMS.

Os jurisdicionados interuseram recurso e, após, o Sr. Éder Uilson França Lima efetuou o pagamento da multa regimental imposta, conforme Certidão de Quitação de Multa acostada às fls. 406-409, sendo considerada quitada pela adesão ao REFIC.

É o relatório.

Analisando-se os autos, verifica-se que os jurisdicionados quitaram a multa regimental imposta na Decisão Singular DSG - G.WNB – 614/2022, conforme demonstrado nos termos da Certidão de Quitação de Multa às fls. 406-409.

Assim, segundo a Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24, de 01 de agosto de 2022, o processo deve ser extinto, em decorrência do cumprimento de sanção de multa com redução, sendo que sua deliberação deve ser feita por meio de Decisão Singular, consonante o art. 6º, Parágrafo único, *in verbis*:

Art. 6º Os processos, eventuais recursos e pedidos de revisão, cujas multas forem quitadas com redução, serão submetidos ao Conselheiro Relator do feito para decidir quanto à sua extinção ou continuidade, para cumprimento de outros atos executórios. Parágrafo único. A extinção do processo, em decorrência da certificação de cumprimento de sanção de multa paga com redução, conforme previsto nesta Instrução Normativa, será deliberada em decisão singular do Conselheiro Relator.

Dessa forma, entende-se que o processo deve ser arquivado, conforme o disposto no art. 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018:

Art. 186. A efetividade do controle externo exercido pelo Tribunal será consumada por meio de “Decisão Singular” de Conselheiro ou por meio de “Acórdão” de Câmara ou do Tribunal Pleno que, em caráter definitivo, nos termos do art. 72 da LC n.º 160, de 2012:

(...)  
V - determinar a extinção ou o arquivamento do processo:  
a) em relação ao qual foi cumprida a decisão instrumentalizada na Decisão Singular ou no Acórdão, observado, no que couber, o disposto no art. 187;

Diante disso, com fulcro no artigo 6º, parágrafo único, da Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24/2022 e artigo 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018, **DECIDO:**

I – Pela **EXTINÇÃO** do processo com o consequente **ARQUIVAMENTO** dos autos referentes a contratação pública em tela, realizado na gestão do Sr. Éder Uilson França Lima, inscrito no CPF sob o n.º XXX.231.411-XX, e da Sra. Ana Claudia Costa Buhler, inscrita no CPF sob o n.º XXX.403.881-XX, devido a quitação de multa regimental;

II - Pela **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 16 de novembro de 2023.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 4550/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/13836/2015

**PROCOLO:** 1617889

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** EDER UILSON FRANÇA LIMA

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**CONTRATAÇÃO PÚBLICA – QUITAÇÃO DE MULTA - ARQUIVAMENTO.**

Trata-se de processo de contratação pública efetuada pela Prefeitura Municipal de Ivinhema, na gestão do Sr. Éder Uilson França Lima, inscrito no CPF sob o n.º XXX.231.411-XX.

Este Tribunal, por meio da Deliberação AC01 – 613/2019, peça 45, decidiu pela Irregularidade da formalização do 1º Termo Aditivo, pela Regularidade da execução financeira, e pela aplicação de multa ao gestor citado no valor total de 30 (trinta) UFERMS.

O jurisdicionado interpôs recurso e, após, efetuou o pagamento da multa regimental imposta, conforme Certidão de Quitação de Multa acostada às fls. 313/315, sendo considerada quitada pela adesão ao REFIS.

É o relatório.

Analisando-se os autos, verifica-se que o jurisdicionado quitou a multa regimental imposta na Deliberação AC01 – 613/2019, conforme Certidão de Quitação de Multa às fls. 313/315.

Assim, segundo a Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 13, de 27 de janeiro de 2020, o processo deve ser extinto, em decorrência do cumprimento de sanção de multa paga com redução, sendo que sua deliberação deve ser feita por meio de Decisão Singular, consonante o art. 6º, § 2º, *in verbis*:

Art. 6º A tramitação e decisão dos processos com pedidos de redução de multa deverão ocorrer no prazo de até sessenta dias úteis, contados da data da sua autuação.

(...)  
§ 2º A extinção do processo, em decorrência do cumprimento de sanção de multa paga com redução, conforme previsto nesta Instrução Normativa, será deliberada em decisão singular.

Dessa forma, entende-se que o processo deve ser arquivado, conforme o disposto no art. 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018:

Art. 186. A efetividade do controle externo exercido pelo Tribunal será consumada por meio de “Decisão Singular” de Conselheiro ou por meio de “Acórdão” de Câmara ou do Tribunal Pleno que, em caráter definitivo, nos termos do art. 72 da LC n.º 160, de 2012:

(...)  
V - determinar a extinção ou o arquivamento do processo:  
a) em relação ao qual foi cumprida a decisão instrumentalizada na Decisão Singular ou no Acórdão, observado, no que couber, o disposto no art. 187;

Diante disso, com fulcro no artigo 6º, § 2º, da Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 13/2020 e artigo 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018, **DECIDO**:

**I – PELA EXTINÇÃO** do processo com o conseqüente **ARQUIVAMENTO** dos autos referentes a contratação pública em tela, realizado na gestão do Sr. Éder Uilson França Lima, inscrito no CPF sob o n.º XXX.231.411-XX, devido a quitação de multa regimental;

**II - PELA INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 5224/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/14080/2014

**PROTOCOLO:** 1531131

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODAPOLIS

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA VIANA

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**CONTRATAÇÃO PÚBLICA – QUITAÇÃO DE MULTA - ARQUIVAMENTO.**

Trata-se de processo de contratação pública efetuada pela Prefeitura Municipal de Deodápolis, na gestão da Sra. Maria das Dores de Oliveira Viana, inscrita no CPF sob o n.º XXX.119.761-XX.

Este Tribunal, por meio da Deliberação AC01 - 989/2019, peça 57, decidiu pela Regularidade da execução financeira e pela aplicação de multa a gestora citada no valor total de 20 (vinte) UFERMS.

O jurisdicionado interpôs recurso e, após, efetuou o pagamento da multa regimental imposta, conforme Certidão de Quitação de Multa acostada às fls.340/341, sendo considerada quitada pela adesão ao REFIC.

É o relatório.

Analisando-se os autos, verifica-se que o jurisdicionado quitou a multa regimental imposta na Deliberação AC01 - 989/2019, conforme Certidão de Quitação de Multa às fls. 340/341.

Assim, segundo a Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24, de 01 de agosto de 2022, o processo deve ser extinto, em decorrência do cumprimento de sanção de multa com redução, sendo que sua deliberação deve ser feita por meio de Decisão Singular, consonante o art. 6º, Parágrafo único, *in verbis*:

Art. 6º Os processos, eventuais recursos e pedidos de revisão, cujas multas forem quitadas com redução, serão submetidos ao Conselheiro Relator do feito para decidir quanto à sua extinção ou continuidade, para cumprimento de outros atos executórios. Parágrafo único. A extinção do processo, em decorrência da certificação de cumprimento de sanção de multa paga com redução, conforme previsto nesta Instrução Normativa, será deliberada em decisão singular do Conselheiro Relator.

Dessa forma, entende-se que o processo deve ser arquivado, conforme o disposto no art. 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018:

Art. 186. A efetividade do controle externo exercido pelo Tribunal será consumada por meio de “Decisão Singular” de Conselheiro ou por meio de “Acórdão” de Câmara ou do Tribunal Pleno que, em caráter definitivo, nos termos do art. 72 da LC n.º 160, de 2012:

(...)  
V - determinar a extinção ou o arquivamento do processo:  
a) em relação ao qual foi cumprida a decisão instrumentalizada na Decisão Singular ou no Acórdão, observado, no que couber, o disposto no art. 187;

Diante disso, com fulcro no artigo 6º, parágrafo único, da Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24/2022 e artigo 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018, **DECIDO:**

I – Pela **EXTINÇÃO** do processo com o consequente **ARQUIVAMENTO** dos autos referentes a contratação pública em tela, realizado na gestão da Sra. Maria das Dores de Oliveira Viana, inscrita no CPF sob o n.º XXX.119.761-XX, devido a quitação de multa regimental;

II - Pela **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 16 de novembro de 2023.

#### CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 6086/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/2364/2014

**PROTOCOLO:** 1483774

**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IVINHEMA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** EDER UILSON FRANÇA LIMA; VALÉRIA ELOÍZA CHACAROSQUI LIMA

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

#### CONTRATAÇÃO PÚBLICA – QUITAÇÃO DE MULTA - ARQUIVAMENTO.

Trata-se de processo de Contratação Pública efetuado pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Ivinhema, na gestão do Sr. Éder Uilson França Lima, inscrito no CPF sob o n.º XXX.231.411-XX e da Sra. Valéria Eloíza Chacarosqui Lima, inscrita no CPF sob o n.º XXX.225.501-XX.

Este Tribunal, por meio da Deliberação AC02 - 177/2022, peça 79, decidiu pela Regularidade da formalização do 1º e 2º Termos Aditivos e da execução financeira, e pela aplicação de multa solidária aos gestores citados no valor total de 30 (trinta) UFERMS.

O jurisdicionado interpôs recurso e, após, efetuou o pagamento da multa regimental imposta, conforme Certidão de Quitação de Multa acostada às fls. 867-870, sendo considerada quitada pela adesão ao REFIC.

É o relatório.

Analisando-se os autos, verifica-se que o jurisdicionado quitou a multa regimental imposta na Deliberação AC02 - 177/2022, conforme demonstrado nos termos da Certidão de Quitação de Multa acostada às fls. 867-870.

Assim, segundo a Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24, de 01 de agosto de 2022, o processo deve ser extinto, em decorrência do cumprimento de sanção de multa com redução, sendo que sua deliberação deve ser feita por meio de Decisão Singular, consonante o art. 6º, Parágrafo único, *in verbis*:

Art. 6º Os processos, eventuais recursos e pedidos de revisão, cujas multas forem quitadas com redução, serão submetidos ao Conselheiro Relator do feito para decidir quanto à sua extinção ou continuidade, para cumprimento de outros atos executórios. Parágrafo único. A extinção do processo, em decorrência da certificação de cumprimento de sanção de multa paga com redução, conforme previsto nesta Instrução Normativa, será deliberada em decisão singular do Conselheiro Relator.

Dessa forma, entende-se que o processo deve ser arquivado, conforme o disposto no art. 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018:

Art. 186. A efetividade do controle externo exercido pelo Tribunal será consumada por meio de “Decisão Singular” de Conselheiro ou por meio de “Acórdão” de Câmara ou do Tribunal Pleno que, em caráter definitivo, nos termos do art. 72 da LC n.º 160, de 2012:

(...)  
V - determinar a extinção ou o arquivamento do processo:  
a) em relação ao qual foi cumprida a decisão instrumentalizada na Decisão Singular ou no Acórdão, observado, no que couber, o disposto no art. 187;

Diante disso, com fulcro no artigo 6º, parágrafo único, da Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24/2022 e artigo 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018, **DECIDO:**

**I – PELA EXTINÇÃO** do processo com o consequente **ARQUIVAMENTO** dos autos referentes a Contratação Pública em tela, realizado na na gestão do Sr. Éder Uilson França Lima, inscrito no CPF sob o n.º XXX.231.411-XX e da Sra. Valéria Eloíza Chacarosqui Lima, inscrita no CPF sob o n.º XXX.225.501-XX, devido a quitação de multa regimental;

**II - PELA INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 14 de novembro de 2023.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 4040/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6217/2008

**PROCOLO:** 909109

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** WALDELI DOS SANTOS ROSA - JESUS QUEIROZ BAIRD

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO DE OBRA

**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**CONTRATAÇÃO PÚBLICA – QUITAÇÃO DE MULTA - ARQUIVAMENTO.**

Trata-se de processo de contratação pública, efetuada pela Prefeitura Municipal de Costa Rica, na gestão do Sr. Waldeli dos Santos Rosa, inscrito no CPF sob o n.º XXX.120.019-XX, e do Sr. Jesus Queiroz Baird, inscrito no CPF sob o n.º XXX.587.471-XX.

Este Tribunal, por meio da Decisão “DS01 – S.SESS – 00524/2011”, peça 08, decidiu pela **irregularidade e ilegalidade** da execução financeira do Contrato de Obra n.º 990/2008 e pela aplicação de multa aos gestores citados no valor de 150 (cento e cinquenta) UFERMS para cada.

O jurisdicionado Sr. Waldeli dos Santos Rosa efetuou o pagamento da multa regimental imposta, conforme **Termo de Certidão** acostado às fls. 310/311.

Em seguida, o jurisdicionado Sr. Jesus Queiroz Baird interpôs recurso e, após, efetuou o pagamento da multa regimental imposta, conforme **Certidão de Quitação de Multa** acostada à fl. 328, sendo considerada quitada pela adesão ao REFIC.

É o relatório.

Analisando-se os autos, verifica-se que os jurisdicionados quitaram a multa regimental imposta na Decisão “DS01 – S.SESS – 00524/2011”, conforme **Termo de Certidão** presente às fls. 310/311 e **Certidão de Quitação de Multa** acostada à fl. 328.

Assim, segundo a Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24, de 01 de agosto de 2022, o processo deve ser extinto, em decorrência do cumprimento de sanção de multa com redução, sendo que sua deliberação deve ser feita por meio de Decisão Singular, consonante o art. 6º, Parágrafo único, *in verbis*:

Art. 6º Os processos, eventuais recursos e pedidos de revisão, cujas multas forem quitadas com redução, serão submetidos ao Conselheiro Relator do feito para decidir quanto à sua extinção ou continuidade, para cumprimento de outros atos executórios. Parágrafo único. A extinção do processo, em decorrência da certificação de cumprimento de sanção de multa paga com redução, conforme previsto nesta Instrução Normativa, será deliberada em decisão singular do Conselheiro Relator.

Dessa forma, entende-se que o processo deve ser arquivado, conforme o disposto no art. 186, V, “a”, da Resolução TC/MS n.º 98/2018:

Art. 186. A efetividade do controle externo exercido pelo Tribunal será consumada por meio de “Decisão Singular” de Conselheiro ou por meio de “Acórdão” de Câmara ou do Tribunal Pleno que, em caráter definitivo, nos termos do art. 72 da LC n.º 160, de 2012:

(...)  
V - determinar a extinção ou o arquivamento do processo:  
a) em relação ao qual foi cumprida a decisão instrumentalizada na Decisão Singular ou no Acórdão, observado, no que couber, o disposto no art. 187;

Diante disso, **DECIDO**:

I - Pelo **ARQUIVAMENTO** destes autos referentes à contratação pública, realizado na gestão do **Sr. Waldeli dos Santos Rosa**, inscrito no **CPF sob o n.º XXX.120.019-XX**, e do **Sr. Jesus Queiroz Baird**, inscrito no **CPF sob o n.º XXX.587.471-XX**, devido a quitação de multa regimental, com fulcro no artigo 186, V, “a”, da Resolução TC/MS 98/2018;

II - Pela **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

Campo Grande/MS, 16 de novembro de 2023.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 6599/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8605/2014

**PROTOCOLO:** 1527910

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** CÉLIA REGINA FURTADO DOS SANTOS

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**RELATOR:** CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**CONTRATAÇÃO PÚBLICA – QUITAÇÃO DE MULTA - ARQUIVAMENTO.**

Trata-se de processo de Contratação Pública efetuada pela Prefeitura Municipal de Alcinópolis, na gestão da Sra. Célia Regina Furtado dos Santos, inscrita no CPF sob o n.º XXX.625.401-XX.

Este Tribunal, por meio da Decisão Singular DSG – G.WNB – 2555/2022, peça 48, decidiu pela Regularidade da formalização do Contrato Administrativo, do 1º Termo Aditivo, e da Execução Financeira, e pela aplicação de multa a gestora citada no valor total de 30 (trinta) UFERMS.

A jurisdicionada interpôs recurso e, após, efetuou o pagamento da multa regimental imposta, conforme Certidão de Quitação de Multa e Termo de Informação acostadas às fls. 360/361, sendo considerada quitada pela adesão ao REFIC.

É o relatório.

Analisando-se os autos, verifica-se que a jurisdicionada quitou a multa regimental imposta na Decisão Singular DSG – G.WNB – 2555/2022, conforme demonstrado nos termos da Certidão de Quitação de Multa e Termo de Informação às fls. 360/361.

Assim, segundo a Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24, de 01 de agosto de 2022, o processo deve ser extinto, em decorrência do cumprimento de sanção de multa com redução, sendo que sua deliberação deve ser feita por meio de Decisão Singular, consonante o art. 6º, Parágrafo único, *in verbis*:

Art. 6º Os processos, eventuais recursos e pedidos de revisão, cujas multas forem quitadas com redução, serão submetidos ao Conselheiro Relator do feito para decidir quanto à sua extinção ou continuidade, para cumprimento de outros atos executórios. Parágrafo único. A extinção do processo, em decorrência da certificação de cumprimento de sanção de multa paga com redução, conforme previsto nesta Instrução Normativa, será deliberada em decisão singular do Conselheiro Relator.

Dessa forma, entende-se que o processo deve ser arquivado, conforme o disposto no art. 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018:

Art. 186. A efetividade do controle externo exercido pelo Tribunal será consumada por meio de “Decisão Singular” de Conselheiro ou por meio de “Acórdão” de Câmara ou do Tribunal Pleno que, em caráter definitivo, nos termos do art. 72 da LC n.º 160, de 2012:

(...)  
V - determinar a extinção ou o arquivamento do processo:  
a) em relação ao qual foi cumprida a decisão instrumentalizada na Decisão Singular ou no Acórdão, observado, no que couber, o disposto no art. 187;

Diante disso, com fulcro no artigo 6º, parágrafo único, da Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 24/2022 e artigo 186, V, “a”, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98/2018, **DECIDO**:

**I – PELA EXTINÇÃO** do processo com o consequente **ARQUIVAMENTO** dos autos referentes a Contratação Pública em tela, realizado na gestão da Sra. Célia Regina Furtado dos Santos, inscrita no CPF sob o n.º XXX.625.401-XX, devido a quitação de multa regimental;

**II - PELA INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 14 de novembro de 2023.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

#### Decisão Liminar

#### DECISÃO LIMINAR DLM - G.WNB - 228/2023

PROCESSO TC/MS	: TC/11105/2023
PROTOCOLO	: 2287992
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	:
TIPO DE PROCESSO	: DENÚNCIA
RELATOR	: CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**DENÚNCIA – PREGÃO – AQUISIÇÃO DE CBUQ PARA APLICAÇÃO A FRIO – EXIGÊNCIA DE LAUDOS TÉCNICOS SEM A DEMONSTRAÇÃO DA ESSENCIALIDADE – IRREGULARIDADE – MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA – SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO.**

Vistos, etc.

Trata-se de **Denúncia**, com pedido de liminar (peças 1-2), com apontamento de irregularidades no Pregão Eletrônico nº 24/2023, do **Município de Bela Vista**, tendo como objeto o registro de preços para futura aquisição de CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente/ massa asfáltica produzida a quente com Cimento Asfáltico de Petróleo – CAP 30/45, modificado com retardador de cura, para estocagem e aplicação a frio.

A Presidência desta Corte de Contas recebeu o expediente como Denúncia e determinou sua remessa a este Conselheiro Relator, a fim de apreciar a medida liminar pleiteada (peça 3).

**Eis o breve relatório. Passo à decisão.**

Inicialmente, esclareço que neste juízo de cognição sumária será observado o **Princípio da Verdade Material**, que vigora no processo de contas, analisando-se substancialmente se as possíveis irregularidades apontadas pela denunciante realmente ocorreram ou podem acarretar risco de dano.

Também será vetor desta análise o **Princípio da Razoabilidade**, previsto no art. 5º, LIV, da CF, como decorrência do Devido Processo Legal em sua acepção substantiva (*substantive due process of law*). Em decorrência da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), com as inovações produzidas pela Lei nº 13.655/2018, o Princípio da Razoabilidade passou a ter grande importância nas decisões das esferas administrativa, controladora e judicial. A LINDB renovada abusa de termos como “necessidade e adequação da medida imposta” (Parágrafo único do art. 20), “modo proporcional e equânime” (Parágrafo único do art. 21) ou “natureza e gravidade da infração” e “circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente” (§ 2º do art. 22).

No caso, observa-se que a data da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 24/2023 estava marcada para 16/11/2023.

Ao solicitar a suspensão liminar do certame, a empresa denunciante alegou irregularidades nas exigências dos laudos de Projeto de Fabricação da Massa e sobre o Teor de Retardador de Cura, acreditados pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), que seria exigência indevida.

Argumentou que o projeto de fabricação mistura asfáltica somente engloba os procedimentos que serão envolvidos na produção da massa asfáltica, não havendo necessidade de serem elaborados por laboratório acreditado pelo Inmetro. Também citou informação de que somente os ensaios laboratoriais são expedidos com acreditação pelo Inmetro, não sendo possível que os projetos de fabricação também possuam referido selo de acreditação.

Asseverou ainda que, por não existir norma específica para o CBUQ para aplicação a frio, é que os laboratórios acreditados pelo Inmetro não realizam ensaios sobre o teor de retardador de cura, pois há a necessidade de existir uma norma para que os laboratórios sigam.

Neste exame perfunctório, observo que realmente tais exigências podem ter sido excessivas, pois a princípio não ficou clara a sua essencialidade, o que poderia reduzir a competitividade do pregão.

A Constituição Federal só admite exigências indispensáveis para as aquisições públicas, como se vê o art. 37, XXI, da CF, reproduzido a seguir (grifo nosso):

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

A propósito acórdão da lavra do Tribunal de Contas da União (TCU):

*É irregular a exigência de atendimento a normas técnicas da ABNT, declarações de qualidade, certificações, laudos técnicos e certificados de conformidade sem a demonstração da essencialidade dessas exigências para se garantir a qualidade e o desempenho suficientes do objeto a ser contratado. (TCU - Acórdão 2129/2021 Plenário – Relator Ministro Benjamin Zymler).*

Assim, em sede de cognição perfunctória, há elementos nos autos que indicam a necessidade de determinar a suspensão do procedimento licitatório.

Diante do exposto e pelos fundamentos descritos, **DEFIRO A MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023, DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA/MS, BEM COMO PARA ABSTER-SE DE PROMOVER OU EXECUTAR A CONTRATAÇÃO DECORRENTE**, com fundamento no art. 4º, I, “b”, 3, c/c art. 149 do RITCE/MS.

**DETERMINO** que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os responsáveis se manifestem sobre a Denúncia, apresentando as justificativas e documentos que considerar pertinentes, e também promovam a correção das falhas apontadas nesta decisão, juntando documentos que demonstrem as medidas adotadas, como condição para prosseguimento do certame.

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 21 de novembro de 2023.

**CELIO LIMA DE OLIVEIRA**  
Conselheiro Substituto

## DECISÃO LIMINAR DLM - G.WNB - 223/2023

PROCESSO TC/MS : TC/11178/2023  
PROTOCOLO : 2288573  
ÓRGÃO : PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL  
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A) : CARLOS HUMBERTO PAGLIOSA  
TIPO DE PROCESSO : DENÚNCIA  
RELATOR : CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (ATO CONVOCATÓRIO N. 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**DENÚNCIA – PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS – IRREGULARIDADE NA FASE RECURSAL – SUSPENSÃO DA CONTINUIDADE DO CERTAME QUANTO A DETERMINADOS ITENS – REABERTURA DA LICITAÇÃO QUANTO A ESTES ITENS PARA POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS.**

Vistos, etc.

Trata-se de **Denúncia**, com pedido de liminar (peças 1-2), apontando ilegalidade no procedimento **Pregão Eletrônico nº 37/2023**, instaurado pela **Prefeitura Municipal de Caracol/MS**, tendo como objeto o registro de preços para a futura aquisição de pneus, bicos e câmaras de ar, para utilização nos veículos/máquinas pertencentes à frota municipal.

Em síntese, o denunciante alega que foi irregular sua desclassificação na fase de lances quanto aos itens 22, 25, 40, 44, 47, 48, 49, 50, 53, 54 e 55 e o indeferimento sumário de sua intenção de recurso pela pregoeira.

A Presidência desta Corte de Contas recepcionou o expediente como Denúncia (peça 3) e determinou sua remessa a este Relator, em razão da existência de pedido de liminar.

**Eis o breve relatório. Passo à decisão.**

Inicialmente, esclareço que neste juízo de cognição sumária será observado o **Princípio da Verdade Material**, que vigora no processo de contas, analisando-se substancialmente se as “irregularidades” apontadas pelo denunciante realmente ocorreram ou podem acarretar risco de dano.

Também será vetor desta análise o **Princípio da Razoabilidade**, previsto no art. 5º, LIV, da CF, como decorrência do Devido Processo Legal em sua acepção substantiva (*substantive due process of law*). Em decorrência da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), com as inovações produzidas pela Lei nº 13.655/2018, o Princípio da Razoabilidade passou a ter grande importância nas decisões das esferas administrativa, controladora e judicial. A LINDB renovada abusa de termos como “necessidade e adequação da medida imposta” (Parágrafo único do art. 20), “modo proporcional e equânime” (Parágrafo único do art. 21) ou “natureza e gravidade da infração” e “circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente” (§ 2º do art. 22).

No caso, observa-se que, consoante consta na denúncia, o pregão eletrônico estava previsto para 31/10/2023 e durante sua realização o denunciante alega que houve irregularidade em sua desclassificação e no indeferimento do recurso.

A par disso, consoante se verifica nos autos, houve o indeferimento sumário da intenção recursal, com a pregoeira aceitando o recurso, mas o indeferindo, consoante se observa, por exemplo, à fl. 273:

LOCALIZAMOS A MARCA APRESENTADA NO CATALOGO COM A DESCRIÇÃO APRESENTADA NA PROPOSTA.

08/11/2023 10:32:00 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

08/11/2023 10:54:20 **RECURSO MANIFESTADO** GERMANO PNEUS LTDA

A empresa GERMANO PNEUS LTDA, manifesta intenção de recurso em face da sua desclassificação em sede de análise de catálogos uma vez que os catálogos apresentados possuem informações claras e concisas sobre o atendimento do descritivo ao pneus cotados, caso houvesse dúvidas oriundas do documento técnico poderia ter sido aberto uma diligências, conforme apresentaremos em nossas razões no prazo legal.

08/11/2023 10:56:02 **RECURSO MANIFESTADO** MULTIQUALITY COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA

Nossa empresa atende em todos os requisitos a especificação do produto, fomos desclassificados sem análise do nosso produto.

08/11/2023 11:02:01 **DEFERIMENTO DE RECURSOS**

10/11/2023 08:17:20 **MANIFESTAÇÃO INDEFERIDA** PREGOEIRO

indefiro, cada desclassificação/inabilitação foi devidamente justificada, não haviam duvidas sanáveis por diligencia, haviam divergência entre o item solicitado e o ofertado ou faltavam informações importantes no catalogo.

10/11/2023 08:24:52 **MANIFESTAÇÃO INDEFERIDA** PREGOEIRO

indefiro, pois a empresa foi inabilitada por apresentar proposta em desconformidade com as exigências do edital, conforme já justificado no ato de inabilitação.

10/11/2023 08:25:09 **EM ADJUDICAÇÃO**

10/11/2023 08:47:23 **FRACASSADO**

Não cabe aqui, neste juízo preliminar, avaliar se efetivamente houve ou não razão na desclassificação da empresa denunciante, mas sim quanto a análise sumária do recurso pela pregoeira.

A par disso, assiste razão à empresa denunciante quanto ao irregular indeferimento da intenção recursal, posto que o próprio edital da licitação veda que o pregoeiro decida o mérito da impugnação, só lhe cabendo o juízo da admissibilidade, conforme se vê nos itens à fl. 37, abaixo transcritos:

*11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.*

*11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso*

Além disso, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União também considera que o exame do pregoeiro é preliminar, não cabendo adentrar no mérito, como se confirma na decisão abaixo reproduzida (grifo nosso):

Acórdão 721/2023-Primeira Câmara - DATA DA SESSÃO 07/02/2023 – RELATOR WALTON ALENCAR RODRIGUES – ÁREA Licitação -TEMA Pregão – SUBTEMA *Intenção de recurso* - OUTROS INDEXADORES - Vedação, Mérito, Admissibilidade -TIPO DO PROCESSO REPRESENTAÇÃO – ENUNCIADO: **No pregão, eletrônico ou presencial, o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), constituindo irregularidade a denegação fundada em exame prévio do mérito do pedido.**

Consto o pregão contempla quase 50 itens e, destes, apenas 11 foram objeto desta denúncia, em virtude do indeferimento do recurso.

Assim, como a sessão do pregão já ocorreu e a fim de não prejudicar a contratação pública quanto a itens não impugnados, há que se deferir parcialmente a liminar apenas no sentido de suspender a continuidade do certame quanto os itens 22, 25, 40, 44, 47, 48, 49, 50, 53, 54 e 55, com reabertura do procedimento licitatório na fase recursal para que seja possibilitada a apresentação de recurso pela empresa Germano Pneus Ltda, bem como pelas demais empresas que tenham apresentado intenção de recurso que foi admitido e indeferido no mérito, quanto a estes itens, para que não haja diferenciação nesta oportunidade.

Assim, em sede de cognição perfunctória, há elementos nos autos que indicam a necessidade de determinar a suspensão da continuidade do certame com relação aos itens impugnados da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº37/2023.

Diante do exposto e pelos fundamentos descritos, **DEFIRO A MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENSÃO DO PROSSEGUIMENTO DO CERTAME COM RELAÇÃO AOS ITENS 22, 25, 40, 44, 47, 48, 49, 50, 53, 54 e 55 CONSTANTES NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023, DO MUNICÍPIO DE CARACOL/MS, PARA QUE SEJA OPORTUNIZADA A APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO,** com fundamento no art. 4º, I, “b”, 3, c/c art. 149 do RITCE/MS, a ser comprovada nestes autos pelo responsável no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa em caso de descumprimento da decisão.

**DETERMINO** ao responsável que promova a correção das falhas apontadas, como condição para prosseguimento do certame quanto a estes itens do Pregão Eletrônico nº37/2023, devendo anexar a estes autos os documentos que comprovem as medidas adotadas. Bem como que apresente as justificativas e documentos que considerar pertinentes.

É a decisão.

Publique-se e Intime-se.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**CELIO LIMA DE OLIVEIRA**  
Conselheiro Substituto

**Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel**

**Decisão Liminar**

**DECISÃO LIMINAR DLM - G.RC - 225/2023**

**PROCESSO TC/MS :TC/11179/2023**

**PROTOCOLO** : 2288574  
**ÓRGÃO** : PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**JURISDICIONADO** : ANIZIO SOBRINHO DE ANDRADE  
**TIPO DE PROCESSO** : DENÚNCIA  
**RELATOR** : CONS. SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL (ATO CONVOCATÓRIO N. 002, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata-se de **DENÚNCIA**, com pedido de liminar, apresentada em desfavor do **Município de Paraíso das Águas/MS**, tendo por objeto a notícia de irregularidades constantes no Pregão Eletrônico n. 027/2023.

O certame tem por finalidade o registro de preços para futura e eventual aquisição de peças, componentes, acessórios de manutenção em geral, lubrificantes e pneus das máquinas pesadas (linha amarela), tratores e implementos, sendo eles genuínos ou originais de fábrica de 1ª linha, obtendo o maior desconto na tabela do sistema traz-valor e/ou similares, a fim de realizar a manutenção preventiva e corretiva da frota oficial da prefeitura municipal, de acordo com a descrição e especificação no ANEXO I – Termo de Referência.

Alega o denunciante (fls. 2-16), em resumo, que a licitação não apresenta **descrição detalhada** das especificações técnicas, modelos e quantidades das peças, pneus e acessórios a serem adquiridos, configurando medidas restritivas, prejudiciais e ilegais à ordem do certame.

Destaca que a partir do momento em que o edital faz o **agrupamento de objetos**, os licitantes acabam por enfrentar dificuldades para apresentar o melhor desconto para os itens, o que pode trazer inúmeras desvantagens para a própria Administração Pública, como a falta de concorrência, a dificuldade na avaliação das propostas, o risco de sobrepreço, dentre outros. Sustenta a ausência de justificativas para a adoção do critério de julgamento de menor preço por lote, pois ao seu ver, por ser objetos divisíveis, a licitação deveria ocorrer por menor preço por item (parcelamento do objeto). Exemplifica a aquisição de pneus.

No mais, registra a **ausência de estudo técnico preliminar** que demonstre a vantagem do procedimento com a concentração de poucos fornecedores aptos a fornecer os objetos.

O final requer o recebimento da Denúncia, a suspensão imediata do processo licitatório, tendo em vista a presença de perigo de dano irreparável e da verossimilhança das alegações apresentadas, dentre outros pedidos.

Pois bem.

O expediente foi recebido como Denúncia pela Presidência desta Corte de Contas, que em juízo de admissibilidade determinou a remessa dos autos a este Relator, na forma regimental (f. 4).

Sem esgotar a matéria objeto da denúncia e tendo por norte as questões trazidas pelo denunciante; em exame ao edital, ao termo de referência (fls. 2-52) e em consulta ao portal da transparência do município não foi possível encontrar outros documentos da licitação<sup>1</sup>, passíveis de afastar as impropriedades, assim, entendo que o caso em apreço preenche os requisitos para a concessão da medida cautelar.

Em apertada síntese, nota-se que não há descrição objetiva e detalhada das especificações técnicas, modelos e quantidades das peças, pneus e acessórios a serem adquiridos, tampouco os valores de mercado dos itens, além de justificativas para o não parcelamento do objeto, acarretando em medida restritiva e prejudicial ao certame.

Diante disso, de forma objetiva, verifica-se o *fumus boni iuris* ante à ausência dos elementos para a correta contratação, em desatendimento aos objetivos da licitação, especialmente da busca da proposta mais vantajosa a Administração, por meio da ampliação da concorrência, a saber:

*a) Ausência de estudo técnico preliminar - Ausência das adequadas técnicas estimativas do quantitativo.*

Não há no termo de referência a metodologia utilizada. Cabe ao gestor o envio dos registros, relatórios, e memórias de cálculo, para a efetiva apuração do quantitativo estimado.

O art. 15, §7º, inciso II, da Lei n. 8.666/93 é claro ao dispor sobre a obrigatoriedade de que, ainda que nos casos de ata de registro de preços, em que o consumo é incerto, as unidades e quantidades a serem licitadas sejam determinadas “em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação”.

<sup>1</sup> Disponível em: [https://web.qualitysystemas.com.br/processos\\_licitatorios/prefeitura\\_municipal\\_de\\_paraíso\\_das\\_aguas](https://web.qualitysystemas.com.br/processos_licitatorios/prefeitura_municipal_de_paraíso_das_aguas) Acesso em 21.11.2023.

Assim, a insuficiência de elementos técnicos para o dimensionamento do objeto, afronta aos arts. 6º, IX e 7º, § 4º, da Lei n. 8.666/93, bem como aos princípios da legalidade, da economicidade e da vantajosidade, com grave risco de dano ao erário.

b) Ausência de descrição detalhada dos itens, bem como dos preços unitários para composição do preço.

A ausência de composição dos custos unitários, detalhados em planilha, compromete a efetiva apuração dos valores praticados no mercado, além de inviabilizar a futura fiscalização do contrato, a título de exemplo (fls. 35-37), vejamos um item do termo de referência:

**1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:**

Lote	Cód. Item	Descrição do produto/serviço	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	24462	PEÇAS COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL - CASE	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00

Especificação detalhada dos itens conforme abaixo:

Item	Cód. Item do sistema	Objeto/Descrição	Exemplos de peças e componentes
1	24462 24463 24464 24465 24466 24467 24468 24469	PEÇAS COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peças e componentes para motores em geral (Jogo de juntas, Jogo de válvulas, Turbinas, Cabeçotes, Bielas, Virabrequins, Comandos de Válvula, etc.)</li> <li>• Componentes Hidráulicos (Bombas Hidráulicas, motor hidráulico, etc.)</li> <li>• Componentes para transmissões (Conversor de torque, Disco de transmissão, Engrenagem de transmissão, etc.)</li> <li>• Componentes Elétricos (Lâmpadas, Fusíveis, Painéis, etc.)</li> <li>• Peças para implementos em geral (Discos, mancais</li> </ul>

Observe que não há detalhamento dos itens. Trata-se de informações genéricas.

Portanto, em desacordo ao que determina art. 7º, §2º, II, além dos arts. 40, §2º, II e 43, IV, 44, §3º e 48, II, todos da Lei n. 8.666/93.

c) Ausência de parcelamento do objeto em itens.

Considerando se tratar de objeto divisível que permite a adjudicação por item, sem que isso, *a priori*, implique prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, compreende-se que a licitação por maior desconto por lote, tende a comprometer a ampla participação de licitantes que, embora não dispondendo de capacidade para a execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo com relação a alguns dos itens.

O art. 23, § 1º, da Lei n. 8.666/93 preconiza que os serviços devem ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

A regra geral, portanto, deve ser a adjudicação por item, devendo a adjudicação global ser amparada em razões de ordem técnica e/ou econômica que tornem necessário o agrupamento como forma de viabilizar contratações mais vantajosas, sob pena de ofensa ao art. 23, § 1º, e art. 3º, § 1º, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/1993.

Superado isso, vislumbra-se o *periculum in mora* no eventual prejuízo à ampla concorrência e ao erário caso a medida cautelar não seja concedida.

Assim, deve ser suspensa a licitação, na forma em que se encontra, até formação de convencimento desta Relatoria, **que somente se dará depois de prestados os devidos esclarecimentos pelo Gestor responsável.**

Considerando que possivelmente a sessão pública de julgamento, designada para 20 de novembro de 2023, já tenha sido realizada, e que existe a probabilidade de execução de contrato fundado em irregularidades, com risco de prejuízo ao erário, *em juízo de cognição sumária*, como meio de acautelar a utilidade do provimento jurisdicional final desta Corte de Contas e resguardar as finanças pública, **DETERMINO:**

I - A **suspensão cautelar imediata** do Pregão Eletrônico n. 027/2023 deflagrado pelo Município de Paraíso das Águas/MS, devendo a autoridade promotora do certame **suspender imediatamente a licitação e abster-se do ato de homologação e atos decorrentes desta licitação (inclusive quaisquer pagamentos, caso a homologação já tenha ocorrido)**, com fundamento no art. 128, I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 98/2018;

II - A **intimação** do Sr. *Anízio Sobrinho de Andrade*, Prefeito Municipal de Paraíso das Águas, para que **cumpra** a medida imposta, comprovando-a no prazo de 5 (cinco) dias úteis, mediante a juntada dos documentos nestes autos, sob pena de multa correspondente a 1.000 (mil) UFERMS e eventual ressarcimento ao erário;

III - Nesse mesmo prazo, **apresente** defesa (documentos ou justificativas) a fim de comprovar a regularidade da licitação no estado em que se encontra e/ou informações que entender pertinentes ao enfretamento da denúncia;

IV – **Afasto o sigilo** processual imposto nos autos, uma vez que não subsistem razões legais para tanto.

É a decisão liminar.

Remetam-se os autos à *Gerência de Controle Institucional* para publicação e demais providências de estilo; que seja encaminhada junto à decisão à peça inaugural da denúncia (fls. 2-16).

Ato contínuo, *remetam-se* os autos a *Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias* para análise, após, ao Ministério Público de Contas.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 21 de novembro de 2023.

(Assinado Digitalmente)

**Leandro Lobo Ribeiro Pimentel**  
Conselheiro Substituto

**Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo**

**Decisão Singular**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 9211/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5136/2009

**PROTOCOLO:** 944952

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU

**ORDENADOR DE DESPESAS:** CELSO LUIZ DA SILVA VARGAS

**CARGO DO ORDENADOR:** PREFEITO MUNICIPAL, À ÉPOCA

**ASSUNTO:** CONTRATO N. 138/2009

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** PREGÃO PRESENCIAL N. 15/2009

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. REGULARES. EXECUÇÃO FINANCEIRA. IRREGULAR. MULTA. ADESÃO AO DESCONTO CONCEDIDO PELA LEI ESTADUAL N. 5.454/2019. REFIS. QUITAÇÃO. EXTINÇÃO. ARQUIVAMENTO.**

**DO RELATÓRIO**

Trata-se do Contrato n. 138/2009, decorrente do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 15/2009, celebrado entre o Município de Maracaju e a empresa Cincal Pneus Ltda., objetivando a aquisição de pneus, câmaras e

protetores, destinados aos veículos das diversas secretarias do Município, constando como ordenador de despesas o Sr. Celso Luiz da Silva Vargas, prefeito à época.

A presente contratação foi julgada em duas etapas: por meio da Decisão Singular DSG-G.JAS-00774/2010 (peça 21 – fl. 492) que declarou regulares o procedimento licitatório e a formalização do Contrato n. 138/2009, e pela Decisão Simples da 2ª Câmara DS02-Secses-216/2013 (peça 21 – fls. 805) que julgou irregular a execução financeira da contratação, e apenou o responsável, à época, com multa regimental, no valor correspondente a 50 (cinquenta) Uferms, em razão da prestação de contas parcial da despesa realizada.

Devidamente intimado, na forma regimental, por intermédio da publicação da deliberação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MS n. 687, edição do dia 7 de junho de 2013, e pelo Ofício n. 3074/2013-Cartório, o ex-prefeito de Maracaju não recolheu ao FUNTC a sanção pecuniária imposta na Decisão Simples da 2ª Câmara DS02-Secses-216/2013.

Diante da omissão do Sr. Celso Luiz da Silva Vargas em quitar a multa aplicada por este Tribunal, a Procuradoria-Geral do Estado procedeu à inscrição do débito em dívida ativa – CDA n. 14501/2014 (peça 22 – fls. 828).

Após, em virtude do benefício concedido pela Lei Estadual n. 5.454/2019 (Refis) o ex-prefeito de Maracaju, Celso Luiz da Silva Vargas, quitou a CDA n. 14501/2014.

## DA DECISÃO

Analisando os autos, verifica-se que o ex-prefeito do Município de Maracaju, Celso Luiz da Silva Vargas, quitou, em decorrência da adesão ao Refis, a CDA n. 14501/2014, conforme o demonstrativo fornecido pelo Sistema de Dívida Ativa/e-fazenda/PGE (peça 24).

Dessa forma, com fulcro no art. 186, V, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS) aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, c/c o art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13/2020, **DECIDO** pela **extinção e posterior arquivamento** deste feito.

À Gerência de Controle Institucional para cumprimento.

Campo Grande/MS, 17 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 9227/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/7562/2019

**PROTOCOLO:** 1976420

**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE BATAYPORÃ

**ASSUNTO:** PEDIDO DE REVISÃO

**RECORRENTE:** ALBERTO LUIZ SÃOVESSO

**DELIBERAÇÃO RECORRIDA:** ACÓRDÃO AC00-3021/2018

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PEDIDO DE REVISÃO. INTEMPESTIVIDADE. MULTA. REDUÇÃO CONCEDIDA PELA LEI ESTADUAL N. 5.454/2019. REFIS. QUITAÇÃO. CONSULTA ADMINISTRATIVA. PERDA DO OBJETO PROCESSUAL. EXTINÇÃO. ARQUIVAMENTO.**

## DO RELATÓRIO

Tratam os autos de Pedido de Revisão interposto pelo Sr. Alberto Luiz Sãovesso, ex-prefeito municipal, em face do Acórdão AC00-3021/2018, proferido no Processo TC/2182/2015/001, que o apenou com multa, no valor correspondente a 30 (trinta) UFERMS, em razão do encaminhamento intempestivo de balancetes.

O presente recurso foi recebido pela Presidência desta Corte de Contas, por meio do Despacho DSP-GAB.PRES.-25300/2019 (peça 2).

Posteriormente à petição recursal, o recorrente recolheu a sanção pecuniária que lhe foi imposta no Acórdão AC00-3021/2018, com redução, em razão da adesão ao desconto concedido por meio da Lei Estadual n. 5.454/2019 (Refis).

Instado a se manifestar nos autos, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR-4ª PRC-12765/2023, fls. 26/28 (peça 17) opinou pelo arquivamento do presente processo, nos termos da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13/2020.

## DA DECISÃO

Em consulta aos autos originários verifica-se que a multa aplicada ao Sr. Alberto Luiz Sãovesso, ex-prefeito municipal, por meio do Acórdão AC00-3021/2018, objeto de revisão neste processo, foi devidamente quitada, em decorrência da adesão ao Refis, consoante Certidão de Quitação de Multa fornecida pelo e-Siscob (peça 22 dos autos originários).

Assim, em razão da perda do objeto processual para julgamento, acolho o parecer da Procuradoria de Contas e, com fulcro no art. 11, V, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS) aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, c/c o art. 6º, parágrafo único, da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 24/2022, **DECIDO**:

1. pela **extinção, sem julgamento de mérito**, e pelo **arquivamento** deste feito;
2. pela **intimação** do resultado aos interessados, conforme o disposto no art. 50, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS;
3. pela **remessa** à Gerência de Controle Institucional para cumprimento.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**Conselheiro Flávio Kayatt**

**Decisão Singular**

### **DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 9077/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/11141/2018

**PROTOCOLO:** 1935071

**ENTE/ÓRGÃO:** MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA

**INTERESSADO:** ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO (PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA)

**TIPO DE PROCESSO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 39/2018

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

## RELATÓRIO

O conteúdo dos autos trata da formalização do Procedimento Licitatório, realizado por meio da modalidade Pregão Presencial n. 45/2018, que deu origem à Ata de Registro de Preços n. 39/2018, celebrada entre o Município de Aquidauana e a empresa compromitente Sander Vieira Medina - ME, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de locação e montagem, desmontagem e transporte de equipamentos de sonorização, iluminação, palcos, tendas, arquibancadas, camarotes, banheiros químicos e demais estruturas para realização de eventos da Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Edital que originou a presente.

O referido Procedimento Licitatório Pregão Presencial n. 45/2018, que deu origem à Ata de Registro de Preços n. 39/2018, e os atos subsequentes foram objeto de julgamento por este Tribunal, por meio da seguinte deliberação/decisão, respectivamente:

– AC01-101/2021 (peça 72, fls. 531-545), originado do julgamento da matéria pelo Conselheiro Flávio Kayatt, em cujo Acórdão foi instrumentalizado o seguinte:

### ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 4ª Sessão Ordinária da Virtual da Primeira Câmara, realizada de 15 a 18 de março de 2021, ACORDAM os Senhores Conselheiros na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, em declarar a irregularidade do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 45/2018, realizado pelo Município de Aquidauana, a regularidade da formalização da Ata de Registro de Preços nº 39/2018, tendo como compromitente a empresa Sander Vieira Medina – ME, com aplicação multa ao Sr. Odilon Ferraz Alves Ribeiro, no valor equivalente ao de 40 (quarenta) UFERMS e fixar o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da intimação do responsável por correspondência física

ou eletrônica, com a prova do recebimento, para que o apenado pague os valores das multas que lhe foram infligidas e assinalar que o pagamento deverá ser feito em favor do FUNTC.

–Decisão Singular DSG-G.RC-6539/2023 (peça 83, fl. 557-558), nos seguintes termos dispositivos:

(...)  
Assim sendo, considerando a inexistência de outros atos executórios para cumprimento, acolho o parecer ministerial e declaro REGULAR o cumprimento do Acórdão n. AC01 – 101/2021, prolatada no TC/11141/2018 (fls. 531-545), em razão da quitação da multa e, DECIDO pela EXTIÇÃO e ARQUIVAMENTO dos autos, sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 11, inciso V “a” da Resolução TC/MS 98/2018, c/c art. 6º, parágrafo único, da Instrução Normativa TC/MS n. 24/2022.

Feito isso, é necessário registrar que:

- a multa aplicada ao Sr. Odilon Ferraz Alves Ribeiro foi por ele posteriormente quitada, conforme os termos da Certidão de Quitação de Multa autuada na peça 79, fls. 552-553;
- encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas-MPC, o Procurador de Contas manifestou-se por meio do Parecer PAR-3ªPRC- 12365/2023 (peça 88, fls. 564-565), opinando “*pela extinção e arquivamento do presente processo*” (TC/11141/2018).

É o breve relatório.

## DECISÃO

Tudo verificado e examinado acolho a manifestação do representante do Ministério Público de Contas (PARECER PAR-3ªPRC-12365/2023 peça 88, fls. 564-565), e **decido** pela extinção deste Processo TC/11141/2018, determino o seu arquivamento, considerando o pagamento do valor da multa equivalente ao de 40 (quarenta) UFERMS, infligida ao senhor Odilon Ferraz Alves Ribeiro (Acórdão AC01-101/2021), o que ocasionou a consumação do controle externo exercido por este Tribunal com fundamento nas regras do art. 186, V, **a**, observado o disposto no art. 187, I e II, **a**, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98 de 5 de dezembro de 2018).

É a decisão.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT  
Relator

### ATOS PROCESSUAIS

Conselheiro Jerson Domingos

Despacho

DESPACHO DSP - GAB.PRES. - 30383/2023

PROCESSO TC/MS: TC/13921/2017

PROTOCOLO: 1827281

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE ANAURILÂNDIA

JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A): VAGNER ALVES GUIRADO

TIPO DE PROCESSO: APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

RELATOR (A): WALDIR NEVES BARBOSA

Vistos etc.

Trata-se de manifestação apresentada nos autos TC/13921/2017, por VAGNER ALVES GUIRADO, intentando anulação do acórdão AC00 – 2591/2018, proferido neste processo.

O manifestante alega diversas nulidades ocorridas durante o trâmite processual narrando ausência de intimação pessoal da parte, ocorrência de prescrição intercorrente, ilegitimidade para configurar no polo passivo da ação e questões referentes ao mérito.

Em que pese as questões elencadas pelo manifestante, em prévia consulta realizada nos autos, é possível perceber ausência de veracidade da narrativa, vez que localiza-se solicitação de pedido de vistas dos autos, assinada pela parte, às fls. 36-39 dos autos.

O artigo 96 do RITCEMS, prevê: *“Para qualquer efeito, será: II - considerado intimado dos atos do processo o jurisdicionado que: a) obteve, pessoalmente ou por seu procurador, por qualquer dos meios previstos no art. 105 o acesso aos documentos e demais peças dos autos do processo ou as cópias dos documentos solicitadas;”*

O prazo para análise de validação de prescrição intercorrente é de três anos sem movimentação processual, segundo o art. 187-D do RITCEMS, o que não é constatado no caso acima.

Posto isto, as demais questões elencadas devem ser questionadas em sede de recurso ordinário, interposto conforme prevê os arts. 161 do RITCEMS e 69 da LC n.º 160 de 2012.

Ante todo o exposto, deixo de receber o presente expediente, e determino a Gerência de Controle Institucional que cientifique o Peticionante deste despacho.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Cons. JERSON DOMINGOS**  
Presidente

**DESPACHO DSP - GAB.PRES. - 30384/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/13922/2017

**PROTOCOLO:** 1827298

**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANAURILÂNDIA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** VAGNER ALVES GUIRADO

**TIPO DE PROCESSO:** APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**RELATOR (A):** WALDIR NEVES BARBOSA

Vistos etc.

Trata-se de manifestação apresentada nos autos TC/13922/2017, por VAGNER ALVES GUIRADO, intentando anulação do acordão AC00 – 2597/2018, proferido neste processo.

O manifestante alega diversas nulidades ocorridas durante o trâmite processual narrando ausência de intimação pessoal da parte, ocorrência de prescrição intercorrente, ilegitimidade para configurar no polo passivo da ação e questões referentes ao mérito.

Em que pese as questões elencadas pelo manifestante, em prévia consulta realizada nos autos, é possível perceber ausência de veracidade da narrativa, vez que localiza-se solicitação de pedido de vistas dos autos, assinada pela parte, às fls. 36-39 dos autos.

O artigo 96 do RITCEMS, prevê: *“Para qualquer efeito, será: II - considerado intimado dos atos do processo o jurisdicionado que: a) obteve, pessoalmente ou por seu procurador, por qualquer dos meios previstos no art. 105 o acesso aos documentos e demais peças dos autos do processo ou as cópias dos documentos solicitadas;”*

O prazo para análise de validação de prescrição intercorrente é de três anos sem movimentação processual, segundo o art. 187-D do RITCEMS, o que não é constatado no caso acima.

Posto isto, as demais questões elencadas devem ser questionadas em sede de recurso ordinário, interposto conforme prevê os arts. 161 do RITCEMS e 69 da LC n.º 160 de 2012.

Ante todo o exposto, deixo de receber o presente expediente, e determino a Gerência de Controle Institucional que cientifique o Peticionante deste despacho.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Cons. JERSON DOMINGOS**  
Presidente

**DESPACHO DSP - GAB.PRES. - 30386/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/13924/2017

**PROCOLO:** 1827314

**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA DE ANAURILÂNDIA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** VAGNER ALVES GUIRADO

**TIPO DE PROCESSO:** APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**RELATOR (A):** WALDIR NEVES BARBOSA

Vistos etc.

Trata-se de manifestação apresentada nos autos TC/13924/2017, por VAGNER ALVES GUIRADO, tentando anulação do acordo AC00 – 2598/2018, proferido neste processo.

O manifestante alega diversas nulidades ocorridas durante o trâmite processual narrando ausência de intimação pessoal da parte, ocorrência de prescrição intercorrente, ilegitimidade para configurar no polo passivo da ação e questões referentes ao mérito.

Em que pese as questões elencadas pelo manifestante, em prévia consulta realizada nos autos, é possível perceber ausência de veracidade da narrativa, vez que localiza-se solicitação de pedido de vistas dos autos, assinada pela parte, às fls. 36-39 dos autos.

O artigo 96 do RITCEMS, prevê: *“Para qualquer efeito, será: II - considerado intimado dos atos do processo o jurisdicionado que: a) obteve, pessoalmente ou por seu procurador, por qualquer dos meios previstos no art. 105 o acesso aos documentos e demais peças dos autos do processo ou as cópias dos documentos solicitadas;”*

O prazo para análise de validação de prescrição intercorrente é de três anos sem movimentação processual, segundo o art. 187-D do RITCEMS, o que não é constatado no caso acima.

Posto isto, as demais questões elencadas devem ser questionadas em sede de recurso ordinário, interposto conforme prevê os arts. 161 do RITCEMS e 69 da LC n.º 160 de 2012.

Ante todo o exposto, deixo de receber o presente expediente, e determino a Gerência de Controle Institucional que cientifique o Peticionante deste despacho.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Cons. JERSON DOMINGOS**

Presidente

**DESPACHO DSP - GAB.PRES. - 30389/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/13953/2017

**PROCOLO:** 1827465

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** VAGNER ALVES GUIRADO

**TIPO DE PROCESSO:** APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**RELATOR (A):** WALDIR NEVES BARBOSA

Vistos etc.

Trata-se de manifestação apresentada nos autos TC/13953/2017, por VAGNER ALVES GUIRADO, tentando anulação do acordo AC00 – 2599/2018, proferido neste processo.

O manifestante alega diversas nulidades ocorridas durante o trâmite processual narrando ausência de intimação pessoal da parte, ocorrência de prescrição intercorrente, ilegitimidade para configurar no polo passivo da ação e questões referentes ao mérito.

Em que pese as questões elencadas pelo manifestante, em prévia consulta realizada nos autos, é possível perceber ausência de veracidade da narrativa, vez que localiza-se solicitação de pedido de vistas dos autos, assinada pela parte, às fls. 36-39 dos autos.

O artigo 96 do RITCEMS, prevê: “Para qualquer efeito, será: II - considerado intimado dos atos do processo o jurisdicionado que: a) obteve, pessoalmente ou por seu procurador, por qualquer dos meios previstos no art. 105 o acesso aos documentos e demais peças dos autos do processo ou as cópias dos documentos solicitadas;”

O prazo para análise de validação de prescrição intercorrente é de três anos sem movimentação processual, segundo o art. 187-D do RITCEMS, o que não é constatado no caso acima.

Posto isto, as demais questões elencadas devem ser questionadas em sede de recurso ordinário, interposto conforme prevê os arts. 161 do RITCEMS e 69 da LC n.º 160 de 2012.

Ante todo o exposto, deixo de receber o presente expediente, e determino a Gerência de Controle Institucional que cientifique o Peticionante deste despacho.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Cons. JERSON DOMINGOS**  
Presidente

**Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos**

**Intimações**

**DESPACHO DSP - G.ICN - 30148/2023**

<b>PROCESSO TC/MS</b>	:TC/2978/2021
<b>PROTOCOLO</b>	:2095256
<b>ÓRGÃO</b>	:PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI
<b>JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)</b>	:ELIZÂNGELA MARTINS BIAZOTTI DOS SANTOS
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	:CONTAS DE GOVERNO
<b>RELATOR</b>	:CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ELIZÂNGELA MARTINS BIAZOTTI DOS SANTOS, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS UTEIS.**

A Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50 da LC 160/2012 c/c os arts. 95 e 97 do RITC/MS, aprovado pela RN nº 98 de 2018, **INTIMA**, pelo presente edital, **ELIZÂNGELA MARTINS BIAZOTTI DOS SANTOS**, que se encontram em local incerto e não sabido, para apresentar no processo TC/2978/2021, no prazo de 20 dias uteis, a contar da data desta publicação, documentos e/ou justificativas a fim de sanar as irregularidades apontadas no despacho DSP - G.ICN - 24572/2023, sob pena de incorrer aos efeitos da revelia, nos termos do art. 113, §1º do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 17 de novembro de 2023.

**SAUL GIROTTO JUNIOR**  
Chefe de Gabinete  
ATO DESIGNATÓRIO DOE N. 3545, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023

**DESPACHO DSP - G.ICN - 30074/2023**

<b>PROCESSO TC/MS</b>	:TC/2734/2021
<b>PROTOCOLO</b>	:2094807
<b>ÓRGÃO</b>	:CÂMARA MUNICIPAL DE JATEI
<b>JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)</b>	:SEBASTIÃO DE FREITAS
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	:CONTAS DE GESTÃO
<b>RELATOR</b>	:CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SEBASTIÃO DE FREITAS, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS UTEIS.**

A Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50 da LC 160/2012 c/c os arts. 95 e 97 do RITC/MS, aprovado pela RN nº 98 de 2018, **INTIMA**, pelo presente edital, **SEBASTIÃO DE FREITAS**, que

se encontram em local incerto e não sabido, para apresentar no processo TC/2734/2021, no prazo de 20 dias uteis, a contar da data desta publicação, documentos e/ou justificativas a fim de sanar as irregularidades apontadas no despacho DSP - G.ICN - 24573/2023, sob pena de incorrer aos efeitos da revelia, nos termos do art. 113, §1º do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 17 de novembro de 2023.

**SAUL GIROTTO JUNIOR**

Chefe de Gabinete

ATO DESIGNATÓRIO DOE N. 3545, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023

**DESPACHO DSP - G.ICN - 30078/2023**

<b>PROCESSO TC/MS</b>	:TC/7502/2023
<b>PROTOCOLO</b>	:2259712
<b>ÓRGÃO</b>	:PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU
<b>JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)</b>	:MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	:ADMISSÃO
<b>RELATOR</b>	:CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS UTEIS.**

A Conselheira Substituta Patrícia Sarmiento dos Santos, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50 da LC 160/2012 c/c os arts. 95 e 97 do RITC/MS, aprovado pela RN nº 98 de 2018, **INTIMA**, pelo presente edital, **MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA**, que se encontram em local incerto e não sabido, para apresentar no processo TC/7502/2023, no prazo de 20 dias uteis, a contar da data desta publicação, documentos e/ou justificativas a fim de sanar as irregularidades apontadas no despacho DSP - G.ICN - 24689/2023, sob pena de incorrer aos efeitos da revelia, nos termos do art. 113, §1º do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 17 de novembro de 2023.

**SAUL GIROTTO JUNIOR**

Chefe de Gabinete

ATO DESIGNATÓRIO DOE N. 3545, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023

**Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira**

**Intimações**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

O Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira, no exercício da sua competência e nos termos do art. 50, I, e parágrafo único, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012 e, do art. 4º, I, c, do Regimento Interno, **INTIMA** Valquíria da Costa Decanine para apresentar a este Tribunal no prazo de 20 (vinte) dias úteis as justificativas ou documentos necessários para solucionar as pendências relatadas nos autos do Processo TC/13373/2019.

Decorrido o prazo, a omissão da intimada importará na continuidade dos atos processuais e dos consectários dela decorrentes.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

O Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira, no exercício da sua competência e nos termos do art. 50, I, e parágrafo único, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012 e, do art. 4º, I, c, do Regimento Interno, **INTIMA** Pricilla de Souza Faria para apresentar a este Tribunal no prazo de 20 (vinte) dias úteis as justificativas ou documentos necessários para solucionar as pendências relatadas nos autos do Processo TC/8943/2023.

Decorrido o prazo, a omissão da intimada importará na continuidade dos atos processuais e dos consectários dela decorrentes.

**CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**

## Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo

## Despacho

## DESPACHO DSP - G.ODJ - 3768/2023

PROCESSO TC/MS: TC/24208/2016

PROTOCOLO: 1727528

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SETE QUEDAS

RESPONSÁVEIS: JOSÉ GOMES GOULART; DANIEL RIBEIRO AMORIM

CARGO DOS RESPONSÁVEIS: PREFEITO MUNICIPAL, À ÉPOCA; EX-SECRETÁRIO DE SAÚDE, RESPECTIVAMENTE

ASSUNTO: RELATÓRIO DE AUDITORIA N. 45/2016 (JAN A DEZ/15)

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**Vistos, etc.**

Trata-se de auditoria realizada no Fundo de Saúde do Município de Sete Quedas, conforme o Relatório de Auditoria n. 45/2016, para examinar o período de janeiro a dezembro de 2015, sob a gestão do Sr. José Gomes Goulart, prefeito à época, e do Sr. Daniel Ribeiro Amorim, ex-secretário municipal de Saúde.

A presente auditoria foi julgada na 32ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, ocorrida nos dias 9 a 12 de novembro de 2020, conforme o Acórdão AC00-1266/2020 (peça 27) que declarou irregulares os atos praticados pelo Sr. José Gomes Goulart, ex-prefeito, e pelo Sr. Daniel Ribeiro Amorim, ex-secretário de Saúde, na gestão do Fundo Municipal de Saúde de Sete Quedas, durante o exercício financeiro de 2015, bem como apenou o Sr. José Gomes Goulart, ex-prefeito, o Sr. Daniel Ribeiro Amorim, ex-secretário de Saúde, e o Sr. Francisco Piroli, prefeito, com multas nos valores correspondentes a 40 (quarenta) UFERMS, 40 (quarenta) UFERMS e 10 (dez) UFERMS, respectivamente, em razão das irregularidades detectadas no órgão e do não atendimento à intimação deste Tribunal, como também impugnou a importância de R\$ 8.944,68 (oito mil novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) correspondente a despesas pagas sem a devida comprovação, referentes a passagens rodoviárias e alimentação, responsabilizando o ex-prefeito de Sete Quedas, Sr. José Gomes Goulart, pela restituição atualizada dessa quantia aos cofres municipais.

Devidamente intimados, na forma regimental, por intermédio da publicação da deliberação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MS n. 2702, edição do dia 14 de dezembro de 2020, pelos Termos de Intimação INT-GCI-8113/2021, INT-GCI-8114/2021 e INT-GCI-8115/2021, e por publicações de Edital de Intimação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MS n. 3144, de 2.6.2022, e n. 3145, de 3.6.2022, somente o prefeito de Sete Quedas compareceu aos autos, recolhendo ao FUNTC a sanção pecuniária que lhe foi imposta no Acórdão AC00-1266/2020.

Em razão do desconto concedido por meio da Lei Estadual n. 5.913/2022 (Refic) o prefeito do Município de Sete Quedas, Sr. Francisco Piroli, quitou a multa aplicada no Acórdão AC00-1266/2020, consoante a Certidão de Quitação de Multa fornecida pelo e-Siscob (peça 43).

Dessa forma, com fulcro no art. 6º, parágrafo único, da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 24/2022, **determino** à Gerência de Controle Institucional que proceda às **baixas de responsabilidade do Sr. Francisco Piroli**, em relação à **multa** infligida no Acórdão AC00-1266/2020.

Após, em razão da **não comprovação**, nos autos, **da devolução atualizada aos cofres municipais** do valor impugnado no Acórdão AC00-1266/2020, como também **dos recolhimentos ao FUNTC** das multas aplicadas ao ex-secretário municipal de Saúde, Sr. Daniel Ribeiro Amorim, e ao ex-prefeito de Sete Quedas, Sr. José Gomes Goulart, **encaminhe-se o presente feito à Secretaria de Controle Externo** para oficiar, respectivamente, a Procuradoria Jurídica do Município de Sete Quedas para fins do recebimento extrajudicial da importância impugnada ou do ajuizamento da ação de execução em desfavor do ex-prefeito, Sr. José Gomes Goulart, e a Procuradoria-Geral do Estado, para fins de inscrição dos débitos, referentes às multas, em dívida ativa, conforme o disposto no art. 187, § 4º, I, "a", e II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS) aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 24 de fevereiro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

Relator

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 30240/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10974/2023  
**PROTOCOLO:** 2287007  
**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BONITO  
**RESPONSÁVEL:** JOSMAIL RODRIGUES  
**CARGO DO RESPONSÁVEL:** PREFEITO MUNICIPAL  
**ASSUNTO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 57/2023  
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 57/2023, de responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Bonito, cujo objeto é o registro de preços para a eventual e futura aquisição de medicamentos, no valor estimado de R\$ 2.135.148,34 (dois milhões, cento e trinta e cinco mil, cento e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos), consoante o disposto no art. 150 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018.

De acordo com a análise da equipe técnica da Divisão de Fiscalização de Saúde, Análise ANA-DFS– 8917/2023, manifestou informando que não verificou impropriedades que pudessem obstar na continuidade do procedimento, e assim sugeriu o prosseguimento do processo, nos termos do art. 156 do RITC/MS, c/c o art. 17, §§ 1º e 2º, da Resolução TCE/MS n. 88/2018, que trata da remessa obrigatória de documentos a esta Corte de Contas.

Assim, ante a ausência de adoção de medidas ou providências de urgência, determino o arquivamento do presente processo, consoante o disposto no art. 152, II, do RITC/MS.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 17 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 30496/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10898/2023  
**PROTOCOLO:** 2286420  
**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BODOQUENA  
**RESPONSÁVEL:** KAZUTO HORII  
**CARGO DO RESPONSÁVEL:** PREFEITO MUNICIPAL  
**ASSUNTO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 77/2023  
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório Pregão Eletrônico n. 77/2023, de responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Bodoquena, cujo objeto é o registro de preços para a eventual e futura aquisição de insumos hospitalares, no valor estimado de R\$ 1.496.615,73 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e quinze reais e setenta e três centavos), consoante o disposto no art. 150 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018.

De acordo com a análise da equipe técnica da Divisão de Fiscalização de Saúde, Análise ANA-DFS– 8976/2023, manifestou informando que não verificou impropriedades que pudessem obstar na continuidade do procedimento, e assim sugeriu o prosseguimento do processo, nos termos do art. 156 do RITC/MS, c/c o art. 17, §§ 1º e 2º, da Resolução TCE/MS n. 88/2018, que trata da remessa obrigatória de documentos a esta Corte de Contas.

Assim, ante a ausência de adoção de medidas ou providências de urgência, determino o arquivamento do presente processo, consoante o disposto no art. 152, II, do RITC/MS.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**Relator**

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 30368/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9319/2023

**PROTOCOLO:** 2272766

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE

**RESPONSÁVEL:** VALDIR COUTO DE SOUZA JÚNIOR

**CARGO DO RESPONSÁVEL:** PREFEITO MUNICIPAL

**ASSUNTO:** CONTROLE PRÉVIO – TOMADA DE PREÇOS N. 7/2023

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório Tomada de Preços n. 7/2023, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nioaque, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção de uma quadra de esportes coberta na escola municipal Noé Nogueira.

A Divisão de Fiscalização de Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente, por meio do Despacho DSP-DFEAMA-30184/2023, destacou que o feito não foi submetido à análise de controle prévio, pois, não houve tempo hábil para examinar o processo, relegando-se a verificação do procedimento ao controle posterior, sugerindo o arquivamento do processo.

Ademais, nos termos do art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018, a ausência de manifestação deste Tribunal sobre o edital de licitação não impede o exame posterior do respectivo procedimento licitatório, nem constitui pressuposto de sua legalidade.

Ante o exposto, nos termos do art. 4º, I, “f”, c/c o art. 152, II, todos do RITC/MS, determino o arquivamento dos presentes autos.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**Relator**

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 30416/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9392/2023

**PROTOCOLO:** 2273505

**ÓRGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DE CORUMBÁ

**RESPONSÁVEL:** RICARDO CAMPOS AMETLLA

**CARGO DO RESPONSÁVEL:** SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

**ASSUNTO:** CONTROLE PRÉVIO – CONCORRÊNCIA N. 5/2023

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório Concorrência n. 5/2023, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Corumbá, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção e conservação de vias pavimentadas com asfalto, para atender a Prefeitura Municipal.

A Divisão de Fiscalização de Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente, por meio do Despacho DSP-DFEAMA-30189/2023, destacou que o feito não foi submetido à análise de controle prévio, pois, não houve tempo hábil para examinar o processo, relegando-se a verificação do procedimento ao controle posterior, sugerindo o arquivamento do processo.

Ademais, nos termos do art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018, a ausência de manifestação deste Tribunal sobre o edital de licitação não impede o exame posterior do respectivo procedimento licitatório, nem constitui pressuposto de sua legalidade.

Ante o exposto, nos termos do art. 4º, I, “f”, c/c o art. 152, II, todos do RITC/MS, determino o arquivamento dos presentes autos.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 30513/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8527/2023

**PROTOCOLO:** 2267744

**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BONITO

**RESPONSÁVEL:** JOSMAIL RODRIGUES

**CARGO DO RESPONSÁVEL:** PREFEITO MUNICIPAL

**ASSUNTO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 37/2023

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 37/2023, de responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Bonito, cujo objeto é a eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, no valor estimado de R\$ 864.000,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil reais), consoante o disposto no art. 150 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018.

A equipe técnica da Divisão de Fiscalização de Saúde, por meio da Análise ANA-DFS– 9078/2023, manifestou-se informando que não verificou impropriedades que pudessem obstar na continuidade do procedimento, e assim sugeriu o prosseguimento do processo, nos termos do art. 156 do RITC/MS, c/c o art. 17, §§ 1º e 2º, da Resolução TCE/MS n. 88/2018, que trata da remessa obrigatória de documentos a esta Corte de Contas.

Assim, ante a ausência de adoção de medidas ou providências de urgência, determino o arquivamento do presente processo, consoante o disposto no art. 152, II, do RITC/MS.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**Conselheiro Flávio Kayatt**

**Despacho**

**DESPACHO DSP - G.FEK - 30424/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10763/2023

**PROTOCOLO:** 2285340

**ÓRGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

**INTERESSADA:** MURIEL MOREIRA (SECRETÁRIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO PREGÃO ELETRÔNICO N. 33/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Análise ANA-DFS-8568/2023 (peça 14, fls. 557-559), de que não foram encontradas impropriedades capazes de obstem a continuidade do certame, para que a análise do Pregão eletrônico n. 33/2023 seja realizada no controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento dos autos**, com fundamento nos art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional, para adoção das devidas providências.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 30325/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6295/2022

**PROTOCOLO:** 2173311

**ÓRGÃO:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TAQUARUSSU

**INTERESSADO:** CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO (PREFEITO)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 33/2022

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-11392/2022 (peça 31, fls. 1295-1296), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, para que a análise da documentação relativa ao Pregão Presencial n. 33/2022 seja realizada no controle posterior, conforme o art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento dos autos**, com fundamento nos art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional, para adoção das devidas providências.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 30322/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6606/2023

**PROTOCOLO:** 2253361

**ÓRGÃO:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MARACAJU

**INTERESSADO:** JOSÉ MARCOS CALDERAN (PREFEITO)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – TOMADA DE PREÇOS N. 3/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada no Despacho DSP-DFEAMA-28638/2023 (peça 52, fl. 198), de que não houve tempo hábil para analisar o edital de controle prévio, sugerindo que a análise da Tomada de Preços n. 3/2023 seja realizada no controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento dos autos**, com fundamento nos art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional, para adoção das devidas providências.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 30318/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/7061/2023

**PROTOCOLO:** 2256178

**ÓRGÃO:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAARAPÓ

**INTERESSADO:** ANDRÉ LUIS NEZZI DE CARVALHO (PREFEITO)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO TOMADA DE PREÇOS N. 3/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada no Despacho DSP-DFEAMA-28716/2023 (peça 18, fl. 238), de que não houve tempo hábil para analisar o edital de controle prévio, sugerindo que a análise da documentação seja realizada no controle posterior, nos termos

do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento dos autos**, com fundamento nos art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional, para adoção das devidas providências.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 30429/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9104/2023

**PROCOLO:** 2270903

**ÓRGÃO:** FUNDO ESPECIAL P/ INSTALAÇÃO, DESENV. E APERFEIÇOAMENTO DOS JUIZADOS ESP. CÍVEIS E CRIMINAIS

**INTERESSADO:** SÉRGIO FERNANDES MARTINS (PRESIDENTE DO TJ/MS)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO CONCORRÊNCIA N. 2/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada no Despacho DSP-DFEAMA-29532/2023 (peça 20, fl. 1240), de que não houve tempo hábil para analisar o edital de controle prévio, sugerindo que a análise da documentação seja realizada no controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento dos autos**, com fundamento nos art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional, para adoção das devidas providências.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 30432/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9284/2023

**PROCOLO:** 2272239

**ÓRGÃO:** COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO:** RUI PIRES DOS SANTOS (DIRETOR-PRESIDENTE)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – ESPECIAL DAS ESTATAIS EDITAL N. 6/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada no Despacho DSP-DFEAMA-30173/2023 (peça 30, fl. 187), de que não houve tempo hábil para analisar o edital de controle prévio, sugerindo que a análise da documentação seja realizada no controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento dos autos**, com fundamento nos art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional, para adoção das devidas providências.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 30433/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9288/2023

**PROCOLO:** 2272271

**ÓRGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

**INTERESSADO:** RENATO MARCILIO DA SILVA (DIRETOR-PRESIDENTE)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO LICITAÇÃO 33/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada no Despacho DSP-DFEAMA-30171/2023 (peça 93, fl. 442), de que não houve tempo hábil para analisar o edital de controle prévio, sugerindo que a análise da documentação seja realizada no controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento dos autos**, com fundamento nos art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional, para adoção das devidas providências.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 30439/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9289/2023

**PROTOCOLO:** 2272275

**ÓRGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

**INTERESSADO:** RENATO MARCILIO DA SILVA (DIRETOR-PRESIDENTE)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – CONCORRÊNCIA N. 31/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada no Despacho DSP-DFEAMA-30170/2023 (peça 133, fl. 362), de que não houve tempo hábil para analisar o edital de controle prévio, sugerindo que a análise da documentação seja realizada no controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento dos autos**, com fundamento nos art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

A Gerência de Controle Institucional, para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 30442/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9290/2023

**PROTOCOLO:** 2272276

**ÓRGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

**INTERESSADO:** RENATO MARCILIO DA SILVA (DIRETOR-PRESIDENTE)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO CONCORRÊNCIA 34/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada no Despacho DSP-DFEAMA-30169/2023 (peça 163, fl. 577), de que não houve tempo hábil para analisar o edital de controle prévio, sugerindo que a análise da documentação seja realizada no controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento dos autos**, com fundamento nos art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional, para adoção das devidas providências.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 30445/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9416/2023

**PROTOCOLO:** 2273768

**ÓRGÃO:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE

**INTERESSADO:** LUCAS CENTENARO FORONI (PREFEITO)

**TIPO DE PROCESSO: CONTROLE PRÉVIO CONCORRÊNCIA N. 4/2023**

**RELATOR: CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT**

Diante da informação registrada no Despacho DSP-DFEAMA-30190/2023 (peça 44, fl. 756), de que não houve tempo hábil para analisar o edital de controle prévio, sugerindo que a análise da documentação seja realizada no controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento dos autos**, com fundamento nos art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional, para adoção das devidas providências.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 30544/2023**

**PROCESSO TC/MS: TC/7970/2023**

**PROTOCOLO: 2262517**

**ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**

**INTERESSADA: MURIEL MOREIRA (SECRETÁRIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES)**

**TIPO DE PROCESSO: CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2023**

**RELATOR: CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT**

Diante da informação registrada na Análise ANA-DFS-9058/2023 (peça 14, fls. 432-433), de que não houve tempo hábil para analisar o edital de controle prévio, sugerindo que a análise do Pregão Eletrônico n. 5/2023 seja realizada no controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento dos autos**, com fundamento nos art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional, para adoção das devidas providências.

Campo Grande/MS, 21 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DIRETORIA DAS SESSÕES DOS COLEGIADOS**

**Pauta**

**Tribunal Pleno Presencial**

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO Nº 14 COM INÍCIO NA SEGUNDA-FEIRA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 8H E ENCERRAMENTO NA QUINTA-FEIRA DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 11H, OU EM SESSÕES SUBSEQUENTES.**

**CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**PROCESSO: TC/4295/2023**

**ASSUNTO: CONTAS DE GOVERNO 2022**

**PROTOCOLO: 2238795**

**ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES**

**INTERESSADO(S): WILLIAM LUIZ FONTOURA**

**ADVOGADO(S): NÃO HÁ**

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00011099/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

TC/00004643/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

**RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**PROCESSO: TC/3406/2020**

**ASSUNTO: CONTAS DE GOVERNO 2019**

**PROTOCOLO:** 2030470  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO  
**INTERESSADO(S):** JOSMAIL RODRIGUES, ODILSON ARRUDA SOARES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00002310/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019  
TC/00008276/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/4480/2022  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2021  
**PROTOCOLO:** 2164195  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO  
**INTERESSADO(S):** JOSE DE OLIVEIRA SANTOS, REUS ANTONIO SABEDOTTI FORNARI  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00003587/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021  
TC/00006280/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/2558/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2017  
**PROTOCOLO:** 1890581  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU  
**INTERESSADO(S):** ROBERTO TAVARES ALMEIDA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008110/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017  
TC/00015510/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/4284/2023  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022  
**PROTOCOLO:** 2238784  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS  
**INTERESSADO(S):** ISABEL DE SOUZA SILVEIRA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00010962/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/3209/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030145  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE LADARIO  
**INTERESSADO(S):** DANIEL BENZI  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008616/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/3157/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030007  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE NIOAQUE  
**INTERESSADO(S):** CÂNDIDA THEREZA DE ANDREA FERREIRA, EMERSON AUGUSTO NAHABEDIAN RAMOS, VALDIR COUTO DE SOUZA JÚNIOR  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3348/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030353

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE GUIA LOPES DA LAGUNA

**INTERESSADO(S):** FATIMA DE DEUS SOUZA CORREA, JAIR SCAPINI

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3434/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030651

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM

**INTERESSADO(S):** CLEDIANE ARECO MATZENBACHER, GUILHERME ALVES MONTEIRO, IVANILDO RIBEIRO QUIRINO, MARCELLY FREITAS TRINDADE

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3453/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030683

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO

**INTERESSADO(S):** CIMARA FERNANDES DE OLIVEIRA CABRAL, JANETE BELMONTE DOS REIS PORTOCARRERO, NILDO ALVES DE ALBRES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/4204/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2163058

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRO

**INTERESSADO(S):** ANDERSON GIMENEZ GONÇALVES, CLEIDIMAR DA SILVA CAMARGO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/4546/2023

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022

**PROTOCOLO:** 2239238

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE ROCHEDO

**INTERESSADO(S):** WALDEMIR LÚCIO RÔMULO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00011878/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/14403/2016

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015

**PROTOCOLO:** 1710260

**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA

**INTERESSADO(S):** EDNEI MARCELO MIGLIOLI, HELIO PELUFFO FILHO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00014404/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/2382/2019

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018

**PROTOCOLO:** 1963142

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** EDER UILSON FRANÇA LIMA, FRANCIELLI FASCINCANI, JULIANO FERRO BARROS DONATO, SÔNIA APARECIDA DIAS HENRIQUES GARÇÃO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/2402/2019

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018

**PROTOCOLO:** 1963187

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE EL DORADO

**INTERESSADO(S):** AGUINALDO DOS SANTOS, FABIANA MARIA LORENCI, KARIN TAISE MATSUOCA, SILVIA LETICIA GONÇALVES PERIN

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/2408/2019

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018

**PROTOCOLO:** 1963195

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAPORÃ

**INTERESSADO(S):** PAULO CESAR FRANJOTTI, RILDO APARECIDO ALVES MARTINS, VANDERLEI BISPO DE OLIVEIRA, VERIDIANA BARBOSA DA SILVA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3165/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030042

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** EDSON ANTONIO PEREIRA, NELSON DE PAULO

**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00008707/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3673/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2031067

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AQUIDAUANA

**INTERESSADO(S):** ANA LUCIA GUIMARÃES ALVES CORRÊA, EDUARDO MORAES DOS SANTOS, ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO, PATRICIA PATUSSI NASCIMENTO PANACHUKI

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/1660/2021

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020

**PROTOCOLO:** 2091199

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE NIOAQUE

**INTERESSADO(S):** DANILO BORTOLONI CATTI

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00008096/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3667/2021

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020

**PROTOCOLO:** 2097352

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO

**INTERESSADO(S):** ANDRE LUIZ OCAMPOS XAVIER, LUISA APARECIDA CAVALHEIRO DE LIMA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00008339/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3214/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2159935

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

**INTERESSADO(S):** JEOVANE FELIX DE OLIVEIRA, SEBASTIÃO PREGENTINO DE LIMA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00008712/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3643/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2161620

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SONORA

**INTERESSADO(S):** ENELTO RAMOS DA SILVA, INDIANARA DE PAIVA DANTAS

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3271/2023

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022

**PROTOCOLO:** 2235765

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES

**INTERESSADO(S):** MAURO NOGUEIRA JUNIOR

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00011708/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/2082/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1889458

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE DEODAPOLIS

**INTERESSADO(S):** GILBERTO DIAS GUIMARÃES, MARCIO TELES PEREIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00015479/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/13759/2019

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016

**PROTOCOLO:** 2013352

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DEMECIO TAKESHI HIGA, WALDES MARQUES CLARO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00001869/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3014/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2029463

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JARDIM-MS

**INTERESSADO(S):** FERNANDO VALERIO RAMOS, GLAUCIO CABREIRA DA COSTA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00007744/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/06307/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1802912  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE ARAL MOREIRA  
**INTERESSADO(S):** GILSON OLIVEIRA FERREIRA, GIOVANI CORBARI, OSMAR MARQUES DO AMARAL  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00016655/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/2195/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1962472  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE NOVA ANDRADINA  
**INTERESSADO(S):** FABIO ZANATA, GIULIANA MASCULI POKRYWIECKI, JOSE GILBERTO GARCIA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/07050/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1806400  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
**INTERESSADO(S):** LUIZ HENRIQUE MAIA DE PAULA, PAULO ROBERTO DUARTE  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/2538/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROTOCOLO:** 1890561  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAARAPÓ  
**INTERESSADO(S):** MARIO VALERIO, VALBERTO FERREIRA COSTA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/2687/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROTOCOLO:** 1892118  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GLORIA DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ARISTEU PEREIRA NANTES, CAIO FERNANDO CORREIA DA SILVA, JOSELITO DE ARAUJO MENESES, RICCIERI DORETO SCHIAVE  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/3831/2022  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021  
**PROTOCOLO:** 2162370  
**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL MS  
**INTERESSADO(S):** DANIEL DE BARBOSA INGOLD, REINALDO AZAMBUJA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/4141/2022  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021  
**PROTOCOLO:** 2162956  
**ORGÃO:** INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ANDRE BORGES BARROS DE ARAUJO, REINALDO AZAMBUJA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/4301/2023  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2022  
**PROTOCOLO:** 2238806  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI  
**INTERESSADO(S):** GILSON MARCOS DA CRUZ  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00011131/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022  
TC/00005773/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/2687/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963716  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE GLÓRIA DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ARISTEU PEREIRA NANTES, GIOVANA BUFFON ARCE, GUIOMAR BARBOSA DO NASCIMENTO ROCHA, MARIA CONCEICAO AMARAL LABOISSIER, PATRICIA DERENUSSON NELLI MARGATTO NUNES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/07363/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1805919  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE BONITO  
**INTERESSADO(S):** JOSMAIL RODRIGUES, LEONEL LEMOS DE SOUZA BRITO, LOIVA HEIDECKE SCHIAVO, ODILSON ARRUDA SOARES  
**ADVOGADO(S):** LUCIANE FERREIRA PALHANO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/4547/2021  
**ASSUNTO:** APURAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 2021  
**PROTOCOLO:** 2101088  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJU  
**INTERESSADO(S):** JOSE MARCOS CALDERAN, THIAGO OLEGÁRIO CAMINHA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/10637/2012  
**ASSUNTO:** INSPEÇÃO ORDINÁRIA 2011  
**PROTOCOLO:** 1331987  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ABEL LEMES DE FREITAS, EDUARDO BELOTTI, ELSO GILMAR BANDEIRA, FLAVIO TEIXEIRA SANCHES, GUERINO PERIUS, ILTON HENRICHSEN, JOSE HUMBERTO FREITAS, LEVI DA SILVA, MAIQUEL DE GASPERI, NILZETE PEREIRA MARTINS, ZELIR ANTONIO JORGE  
**ADVOGADO(S):** ISABELA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, JULIANNA LOLLI GHETTI  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00010637/2012/001 RECURSO 2012

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/14899/2022/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 2261825  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS  
**INTERESSADO(S):** ANGELO CHAVES GUERREIRO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/2556/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROTOCOLO:** 1890579  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** DÉLIA GODOY RAZUK, RENATO OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/2494/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963394  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJU  
**INTERESSADO(S):** HELIO ALBARELLO, ROBERT GUSTAVO ZIEMANN  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008066/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/5247/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1977884  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPORA  
**INTERESSADO(S):** DOGMAR ANGELO PETEK, MARCOS ANTONIO PACO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008267/2018 FISCALIZAÇÃO 2018

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/1846/2020  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2020  
**PROTOCOLO:** 2023437  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAL MOREIRA  
**INTERESSADO(S):** ALEXANDRINO ARÉVALO GARCIA, VANIR FERREIRA LINARES FILHA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/2981/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2029238  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGUAATEMI  
**INTERESSADO(S):** IVONI KANAAN NABHAN PELEGRINELLI, LIDIO LEDESMA, PATRICIA DERENUSSON NELLI MARGATTO NUNES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/3418/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030490  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO MURTINHO  
**INTERESSADO(S):** DERLEI JOÃO DELEVATTI, EVANIA LUIZA MOREIRA DA CUNHA, MOACIR GOMIDES TEIXEIRA, NELSON CINTRA RIBEIRO, VILSON ROLOM DE CAMPOS  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/5749/2022  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2022  
**PROTOCOLO:** 2169944  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE  
**INTERESSADO(S):** LUCAS CENTENARO FORONI, MIQUEIAS AUGUSTO FERREIRA NANTES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/6241/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2173044

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE FÁTIMA DO SUL

**INTERESSADO(S):** DALVA QUIRINO DA SILVA MARTINS, ILDA SALGADO MACHADO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4568/2023

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022

**PROTOCOLO:** 2239277

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ITAPORA

**INTERESSADO(S):** DENISE PACO, MARCOS ANTONIO PACO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/6282/2023

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020

**PROTOCOLO:** 2251587

**ORGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PARANHOS

**INTERESSADO(S):** DERCIA ACOSTA DOS SANTOS

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00006064/2021 FISCALIZAÇÃO 2020

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/7416/2023

**ASSUNTO:** REVISÃO 2015

**PROTOCOLO:** 2259141

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE GLORIA DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** EDGAR YAMATO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00023049/2016 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2015

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/2980/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2029233

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ANTÔNIO JOÃO

**INTERESSADO(S):** CRISTIANE DA SILVA RAMOS, MARCELEIDE HARTEMAM PEREIRA MARQUES, SANDRA MARA HAERTER VEDOVATO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/6065/2021

**ASSUNTO:** APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA 2020

**PROTOCOLO:** 2108438

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A CULTURA DE PARANHOS

**INTERESSADO(S):** DIRCEU BETTONI, DONIZETE APARECIDO VIARO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/6068/2021

**ASSUNTO:** APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA 2020

**PROTOCOLO:** 2108440

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS DE PARANHOS  
**INTERESSADO(S):** DIRCEU BETTONI, DONIZETE APARECIDO VIARO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/6069/2021  
**ASSUNTO:** APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA 2020  
**PROTOCOLO:** 2108442  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PARANHOS  
**INTERESSADO(S):** DIRCEU BETTONI, DONIZETE APARECIDO VIARO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/6070/2021  
**ASSUNTO:** APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA 2020  
**PROTOCOLO:** 2108443  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DE PARANHOS  
**INTERESSADO(S):** DIRCEU BETTONI, DONIZETE APARECIDO VIARO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/6071/2021  
**ASSUNTO:** APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA 2020  
**PROTOCOLO:** 2108444  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE PARANHOS  
**INTERESSADO(S):** DIRCEU BETTONI, DONIZETE APARECIDO VIARO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/1875/2022  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2154355  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE IGUATEMI  
**INTERESSADO(S):** LIDIO LEDESMA, PATRICIA DERENUSSON NELLI MARGATTO NUNES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/4907/2023  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022  
**PROTOCOLO:** 2240794  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FATIMA DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ILDA SALGADO MACHADO, LUDELCA DORNELES DOS SANTOS  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/8126/2023  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022  
**PROTOCOLO:** 2265290  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE MARACAJU  
**INTERESSADO(S):** CAROLINA DE LIMA FERREIRA E SOUZA, JOSE MARCOS CALDERAN  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/8806/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015  
**PROTOCOLO:** 1675859  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** EDILSOM ZANDONA DE SOUZA, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**ADVOGADO(S): NÃO HÁ**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/10839/2017

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016

**PROTOCOLO:** 1804520

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE DOIS IRMAOS DO BURITI

**INTERESSADO(S):** EDILSOM ZANDONA DE SOUZA, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**ADVOGADO(S):** RENATA CRISTINA RIOS S. M. DO AMARAL

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/3122/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1893583

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ITAPORA

**INTERESSADO(S):** APARECIDO ANTONIO MIRANDA, CRISTIANE TERESINHA SILVA, DENISE PACO, MARCOS ANTONIO PACO, VERA LUCIA AMADOR ALVES

**ADVOGADO(S): NÃO HÁ**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4885/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2165590

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VICENTINA

**INTERESSADO(S):** JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA, MARCOS BENEDETTI HERMENEGILDO

**ADVOGADO(S): NÃO HÁ**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4092/2023

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022

**PROTOCOLO:** 2238395

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE DOURADINA

**INTERESSADO(S):** JEAN SERGIO CLAVISSO FOGACA, ROSELI PONCE BLANCO COSTA

**ADVOGADO(S): NÃO HÁ**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/1776/2021/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2021

**PROTOCOLO:** 2255787

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA

**INTERESSADO(S):** EDSON STEFANO TAKAZONO

**ADVOGADO(S):** FÁBIO LEANDRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/2104/2023

**ASSUNTO:** AUDITORIA 2023

**PROTOCOLO:** 2231452

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

**INTERESSADO(S):** JEFERSON LUIZ TOMAZONI, MARI TEREZINHA HAMERA DOS SANTOS

**ADVOGADO(S): NÃO HÁ**

**CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT**

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/3150/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2029982

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA RICA  
**INTERESSADO(S):** AVERALDO BARBOSA DA COSTA, RAYNER MORAES SANTOS  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008167/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/10030/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015  
**PROTOCOLO:** 1701036  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL  
**INTERESSADO(S):** EDIR ALVES MESQUITA, PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA, RENILSON CESAR DA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/3259/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030230  
**ORGÃO:** DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** LUIZ CARLOS DA ROCHA LIMA, REINALDO AZAMBUJA SILVA, RUDEL ESPINDOLA TRINDADE JUNIOR  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/3218/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROTOCOLO:** 1890146  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO DO TRABALHO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ANIVALDO JOÃO DA SILVA CARDOZO, ANTONIO VAZ NETO, ENELVO IRADI FELINI  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/5850/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2107528  
**ORGÃO:** FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APARECIDA DO TABOADO  
**INTERESSADO(S):** ARIADNE MIRDES EULÁLIA DE QUEIROZ, JOSE ROBSON SAMARA RODRIGUES DE ALMEIDA, LUCILENE TABUAS CARRASCO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/3204/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030140  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE APARECIDA DO TABOADO  
**INTERESSADO(S):** ANA RITA PAIÃO OLIVEIRA, JOSE ROBSON SAMARA RODRIGUES DE ALMEIDA, MARIA MARGARIDA DE MATOS  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/2503/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963403  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE GUIA LOPES DA LAGUNA  
**INTERESSADO(S):** FATIMA DE DEUS SOUZA CORREA, JAIR SCAPINI  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/4265/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2163251

**ORGÃO:** FUNDO MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO/DEODAPOLIS

**INTERESSADO(S):** ADRIANO ARAUJO PIMENTEL, VALDIR LUIZ SARTOR

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/4370/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2163659

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE TAQUARUSSU

**INTERESSADO(S):** CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO, MARILZA NUNES DE ARAUJO NASCIMENTO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/3340/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030344

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASSILANDIA

**INTERESSADO(S):** ADEVAIR CANDIDO DE OLIVEIRA, ARTHUR BARBOSA DE SOUZA FILHO, ELTES DE CASTRO PAULINO, FABIANA SILVA TOLEDO, JAIR BONI COGO, JOSE LOURENÇO BRAGA LIRIA MARIN, VALDECY PEREIRA DA COSTA, VANICE ALVES DIAS

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/2500/2019

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018

**PROTOCOLO:** 1963400

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ

**INTERESSADO(S):** FRANCISCO VARGAS BORGES, MARCELO AGUILAR IUNES, ROGERIO DOS SANTOS LEITE, SERGIO RODRIGUES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/2681/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1892103

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOIS IRMAOS DO BURITI

**INTERESSADO(S):** CARLOS ALBERTO SERAFIM DOS SANTOS, EDILSOM ZANDONA DE SOUZA, MARCIO MOREIRA DO NASCIMENTO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/06308/2017

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016

**PROTOCOLO:** 1802551

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUTI

**INTERESSADO(S):** ELIZÂNGELA MARTINS BIAZOTTI DOS SANTOS, FERNANDA KELLY CRUDI DOS SANTOS, FERNANDO DA SILVA VIEIRA, ISABEL CRISTINA RODRIGUES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/3436/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030653

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRES LAGOAS

**INTERESSADO(S):** ANGELITA DE CAMPOS DA COSTA, ANGELO CHAVES GUERREIRO, ELAINE CRISTINA FERRARI FURIO, MÁRCIO FERNANDO RODRIGUES XAVIER, MARIA ANGELINA DA SILVA ZUQUE, REINALDO PEREIRA DOS ANJOS

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/13401/2021  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2021  
**PROTOCOLO:** 2140571  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ  
**INTERESSADO(S):** FERNANDA SCARLAT MARTINS, GERMINO DA ROZ SILVA, JOSE VIEIRA FERNANDES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/2882/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2017  
**PROTOCOLO:** 1892556  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** EDILSOM ZANDONA DE SOUZA, WLADEMIR DE SOUZA VOLK  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00006219/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017  
TC/00016298/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/12044/2021  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2021  
**PROTOCOLO:** 2134124  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORA  
**INTERESSADO(S):** PAULO CESAR FRANJOTTI, VERIDIANA BARBOSA DA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/12045/2021  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2021  
**PROTOCOLO:** 2134125  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO  
**INTERESSADO(S):** MARIA DE LURDES DIAS DA CRUZ, VALDOMIRO BRISCHILIARI  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/2206/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2093474  
**ORGÃO:** ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** PAULO JOSE ARAUJO CORREA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00006149/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/3904/2023  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022  
**PROTOCOLO:** 2237883  
**ORGÃO:** ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** PAULO JOSE ARAUJO CORREA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00007557/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/12043/2021  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2021  
**PROTOCOLO:** 2134123  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

**INTERESSADO(S):** AGUINALDO DOS SANTOS, VALDECIR ROBERTO SANTUSSI  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/13396/2021  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2021  
**PROTOCOLO:** 2140551  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA  
**INTERESSADO(S):** ESTEFAN MARTINS LOPES, JULIANO FERRO BARROS DONATO, LEANDRO BATISTA DIAS DA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/6489/2017/002  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2270764  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA  
**INTERESSADO(S):** EDER UILSON FRANÇA LIMA  
**ADVOGADO(S):** LIANA CHIANCA OLIVEIRA NORONHA, MURILO GODOY, THIAGO ALVES CHIANCA PEREIRA OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/20441/2017/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 2097328  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL  
**INTERESSADO(S):** MARCÍLIO ÁLVARO BENEDITO  
**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA, LUCAS RESENDE PRESTES

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/6465/2022  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2022  
**PROTOCOLO:** 2174125  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU  
**INTERESSADO(S):** CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO, MARILZA NUNES DE ARAUJO NASCIMENTO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/1172/2023  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2023  
**PROTOCOLO:** 2227362  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU  
**INTERESSADO(S):** CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO, LETÍCIA JANAÍNA NEVES MACHADO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/14896/2022/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 2245687  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS  
**INTERESSADO(S):** ANGELO CHAVES GUERREIRO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/14895/2022/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 2259028  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS  
**INTERESSADO(S):** ANGELO CHAVES GUERREIRO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/14694/2022  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2022  
**PROTOCOLO:** 2203499  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI  
**INTERESSADO(S):** JAIR ALVES DOS SANTOS, RHAIZA REJANE NEME DE MATOS  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/13519/2022/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2223459  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA  
**ADVOGADO(S):** JOÃO PAULO LACERDA DA SILVA, LUIZ HENRIQUE DE CASTRO, RODOLFO BARBOSA ZAGO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/13416/2022/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2241889  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA  
**ADVOGADO(S):** JOÃO PAULO LACERDA DA SILVA, LUIZ HENRIQUE DE CASTRO, RODOLFO BARBOSA ZAGO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/13612/2022/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2252589  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA  
**ADVOGADO(S):** JOÃO PAULO LACERDA DA SILVA, LUIZ HENRIQUE DE CASTRO, RODOLFO BARBOSA ZAGO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/1603/2021/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2252595  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA  
**ADVOGADO(S):** JOÃO PAULO LACERDA DA SILVA, LUIZ HENRIQUE DE CASTRO, RODOLFO BARBOSA ZAGO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/13966/2021/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 2215104  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** FABIO EDIR DOS SANTOS COSTA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/13779/2021/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 2215105  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** FABIO EDIR DOS SANTOS COSTA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/14366/2021/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 2215106  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** ELEUZA FERREIRA LIMA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/14716/2021/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2021  
**PROTOCOLO:** 2221923  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/9327/2021/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 2236113  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** FABIO EDIR DOS SANTOS COSTA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/7475/2021/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 2265285  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** FABIO EDIR DOS SANTOS COSTA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/13308/2022/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2022  
**PROTOCOLO:** 2239346  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE  
**ADVOGADO(S):** MEYRIVAN GOMES VIANA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/15456/2022/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2248585  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE  
**ADVOGADO(S):** MEYRIVAN GOMES VIANA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/18024/2022/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2258063  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE  
**ADVOGADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRAO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, MEYRIVAN GOMES VIANA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/18293/2022/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2268223  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE  
**ADVOGADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRAO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, MEYRIVAN GOMES VIANA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/374/2023/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2268448  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE  
**ADVOGADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRAO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, MEYRIVAN GOMES VIANA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/13421/2022/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2270143  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE  
**ADVOGADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRAO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, MEYRIVAN GOMES VIANA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/8238/2021/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2021  
**PROTOCOLO:** 2158049  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TEREOS  
**INTERESSADO(S):** HENRIQUE WANCURA BUDKE  
**ADVOGADO(S):** JEAN PHIERRE DA SILVA VARGAS, VANESSA CACERES VIANA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/8077/2017/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 2260697  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GLORIA DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ARISTEU PEREIRA NANTES, JANETE GLORINHA KOCHINSKI DE FRANÇA  
**ADVOGADO(S):** MARONEI DE SOUZA SILVA

#### **CONSELHEIRA SUBSTITUTA PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/8389/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2015  
**PROTOCOLO:** 1687957  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** JOAO CARLOS KRUG, LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHAES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00012356/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015  
TC/00013908/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015  
TC/00003091/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/15200/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1832045  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE SELVIRIA  
**INTERESSADO(S):** JAIME SOARES FERREIRA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/2177/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROTOCOLO:** 1889698  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES  
**INTERESSADO(S):** EDSON GONÇALVES RAMOS, MAURO NOGUEIRA JUNIOR, SANDOVAL ALVES DE OLIVEIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00015205/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/2851/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROTOCOLO:** 1889792  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
**INTERESSADO(S):** FELIPE MATTOS DE LIMA RIBEIRO, FLAVIO CESAR MENDES DE OLIVEIRA, GUARACI LUIZ FONTANA, JOAO BATISTA PEREIRA LOPES, RONEY ABADIO CANDIDO DIAS  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/2379/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963139  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ROCHEDO  
**INTERESSADO(S):** FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO JUNIOR  
**ADVOGADO(S):** FLAVIO PEREIRA ROMULO

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/2498/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963398  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORGUINHO  
**INTERESSADO(S):** ÉLICA LUIZA DE OLIVEIRA, MARCELA RIBEIRO LOPES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/2773/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1964927  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUARI  
**INTERESSADO(S):** EDSON RODRIGUES NOGUEIRA, VANESSA DA SILVA GOMES LURZNIK  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/2774/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1964929  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO CAMAPUÃ  
**INTERESSADO(S):** DELANO DE OLIVEIRA HUBER, MANOEL EUGENIO NERY  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/3276/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030252  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO VERDE DE MATO GROSSO  
**INTERESSADO(S):** JOSE ODORICO DE OLIVEIRA ALMEIDA, JULIANA DE FIGUEIREDO, MARIO ALBERTO KRUGER  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/3333/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030336  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO

**INTERESSADO(S):** ARISOLI DA SILVA NEVES, MARIO ALBERTO KRUGER, REUS ANTONIO SABEDOTTI FORNARI, ROSICLER SILVA MARQUES SOSTER, THAIS LENNE DA COSTA FERREIRA GOMES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00002995/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

TC/00005896/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**PROCESSO:** TC/3351/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030357

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

**INTERESSADO(S):** JEFERSON LUIZ TOMAZONI, MICHELE ALVES PAUPERIO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**PROCESSO:** TC/3435/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030652

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUARI

**INTERESSADO(S):** EDSON RODRIGUES NOGUEIRA, VANESSA DA SILVA GOMES LURZNIK

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**PROCESSO:** TC/3461/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030691

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORGUINHO

**INTERESSADO(S):** ÉLICA LUIZA DE OLIVEIRA, MARCELA RIBEIRO LOPES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**PROCESSO:** TC/3590/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030889

**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**INTERESSADO(S):** FELIPE MATTOS DE LIMA RIBEIRO, FLAVIO CESAR MENDES DE OLIVEIRA, JOAO BATISTA PEREIRA LOPES, LUIZ

RENATO ADLER RALHO, REINALDO AZAMBUJA SILVA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**PROCESSO:** TC/9424/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018

**PROTOCOLO:** 2053342

**ORGÃO:** FUNDO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

**INTERESSADO(S):** DANIELLE SOUZA EMILIANI, JEFERSON LUIZ TOMAZONI, KALICIA DE BRITO FRANÇA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**PROCESSO:** TC/3083/2021

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020

**PROTOCOLO:** 2095457

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JARAGUARI

**INTERESSADO(S):** EDSON RODRIGUES NOGUEIRA, ODIL DE SOUZA BRANDAO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**PROCESSO:** TC/3522/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROCOLO:** 2161273  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO  
**INTERESSADO(S):** ELBIO DOS SANTOS BALTA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008668/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/5272/2022  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2021  
**PROCOLO:** 2167100  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA  
**INTERESSADO(S):** RUDI PAETZOLD  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00003605/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021  
TC/00009181/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/6782/2022  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2022  
**PROCOLO:** 2175462  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBÁ  
**INTERESSADO(S):** EDINALDO LUIZ DE MELO BANDEIRA, WENDER LUIZ FARIAS GARAI, ZITA CENTENARO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/4358/2023  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2022  
**PROCOLO:** 2238923  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA  
**INTERESSADO(S):** RUDI PAETZOLD  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00011393/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022  
TC/00005585/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO CELIO LIMA DE OLIVEIRA**

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2083/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROCOLO:** 1889459  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE INOCENCIA  
**INTERESSADO(S):** HENRIQUE CESAR LIRIA ALVES  
**ADVOGADO(S):** IVAN GABRIEL MEDEIROS DA SILVA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00015321/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/06305/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016  
**PROCOLO:** 1802911  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE IVINHEMA  
**INTERESSADO(S):** ADIMILSON LÚCIO DE OLIVEIRA, ALUISIO SOARES DE AZEVEDO JUNIOR  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00014061/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/4505/2023  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022  
**PROTOCOLO:** 2239177  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** LEONARDO CORNIANI DIAS  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00011132/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/4008/2023  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022  
**PROTOCOLO:** 2238213  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS  
**INTERESSADO(S):** CASSIANO ROJAS MAIA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008027/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2513/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963412  
**ORGÃO:** DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** REINALDO AZAMBUJA SILVA, ROBERTO HASHIOKA SOLER, RUDEL ESPINDOLA TRINDADE JUNIOR  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2878/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2095064  
**ORGÃO:** FUNDO ESTADUAL DE ESTRUTURAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PARCERIAS  
**INTERESSADO(S):** EDUARDO CORREA RIEDEL, REINALDO AZAMBUJA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/3200/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030129  
**ORGÃO:** FUNDO ESTADUAL DE TERRAS INDÍGENAS  
**INTERESSADO(S):** JAIME ELIAS VERRUCK, REINALDO AZAMBUJA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2592/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROTOCOLO:** 1890615  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA, UEDER PEREIRA DE PAULA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2801/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1964958  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAIBA  
**INTERESSADO(S):** DEBORA QUEIROZ DE OLIVEIRA, RONALDO JOSE SEVERINO DE LIMA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/2588/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROCOLO:** 1963584  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRES LAGOAS  
**INTERESSADO(S):** ANGELO CHAVES GUERREIRO, MARIA ANGELINA DA SILVA ZUQUE  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2412/2020  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2012  
**PROCOLO:** 2026508  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO  
**INTERESSADO(S):** ANDRÉ ALVES FERREIRA  
**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00119107/2012 FISCALIZAÇÃO 2010

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/4287/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2019  
**PROCOLO:** 2033003  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES  
**INTERESSADO(S):** ALVARO NACKLE URT  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00003048/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019  
TC/00008920/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/3553/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2019  
**PROCOLO:** 2030816  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPÓ  
**INTERESSADO(S):** ANDRE LUIS NEZZI DE CARVALHO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00002546/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019  
TC/00008425/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2620/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2018  
**PROCOLO:** 1963649  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA  
**INTERESSADO(S):** CLEVERSON ALVES DOS SANTOS, WALDELI DOS SANTOS ROSA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00006066/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018  
TC/00006739/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/4367/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2019  
**PROCOLO:** 2033355  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ILDA SALGADO MACHADO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00005737/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019  
TC/00009139/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2638/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2017  
**PROTOCOLO:** 1890661  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008070/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017  
TC/00014052/2017 FISCALIZAÇÃO 2017  
TC/00015527/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/3628/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030982  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA  
**INTERESSADO(S):** MARCELO DE ARAUJO ASCOLI  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00004270/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019  
TC/00004480/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/4055/2018/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2236431  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÁ  
**INTERESSADO(S):** HELIO PELUFFO FILHO  
**ADVOGADO(S):** FÁBIO LEANDRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/4049/2018/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2236727  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÁ  
**INTERESSADO(S):** HELIO PELUFFO FILHO  
**ADVOGADO(S):** FÁBIO LEANDRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/7762/2019  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1985538  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES  
**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00022625/2016 ATOS DE PESSOAL 2016

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/27939/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1988399  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES  
**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/30233/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1988400  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES  
**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/7713/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2018  
**PROTOCOLO:** 1985691  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO  
**INTERESSADO(S):** PAULO CESAR LIMA SILVEIRA  
**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00003021/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018  
TC/00008495/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2650/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2094650  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE DOURADINA  
**INTERESSADO(S):** JEAN SERGIO CLAVISSO FOGACA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

#### **CONSELHEIRO SUBSTITUTO LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL**

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/10865/2019  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2019  
**PROTOCOLO:** 1999368  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU  
**INTERESSADO(S):** PEDRO ARLEI CARAVINA, REGINA DUARTE DE BARROS DOVALE  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/6400/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015  
**PROTOCOLO:** 1678096  
**ORGÃO:** FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE SONORA  
**INTERESSADO(S):** EDILSON PEREIRA DA COSTA, ENELTO RAMOS DA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/6935/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015  
**PROTOCOLO:** 1680462  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEDRO GOMES  
**INTERESSADO(S):** ANDREIA MOREIRA DOS SANTOS TEODORO, FRANCISCO VANDERLEY MOTA, SANDRA TERESA BEDIN GARCIA, SILVIO CARLOS SUASSUNA DE MORAIS  
**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE, DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/2305/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROTOCOLO:** 1890199  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ANTÔNIO JOÃO  
**INTERESSADO(S):** CRISTIANE DA SILVA RAMOS, MARCELEIDE HARTEMAM PEREIRA MARQUES, SANDRA MARA HAERTER VEDOVATO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/2623/2019

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018

**PROTOCOLO:** 1963652

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA CARAPA

**INTERESSADO(S):** ALCIONEIDE APARECIDA TAMANHO, ITAMAR BILIBIO, MANOEL ANDERSON BEZERRA DE LAVOR, RONITANIA PORTELA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/2860/2019

**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2018

**PROTOCOLO:** 1965122

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBÁ

**INTERESSADO(S):** EDINALDO LUIZ DE MELO BANDEIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00011436/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

TC/00004903/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/12466/2019

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018

**PROTOCOLO:** 2006695

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANHOS

**INTERESSADO(S):** DIRCEU BETTONI, DONIZETE APARECIDO VIARO, FLAVIA MEDEIROS VIAR, LUCIANO WAGNER RODRIGUES, REMISON MATOS DA CRUZ

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3343/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030347

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAPORÃ

**INTERESSADO(S):** PAULO CESAR FRANJOTTI, RILDO APARECIDO ALVES MARTINS, VANDERLEI BISPO DE OLIVEIRA, VERIDIANA BARBOSA DA SILVA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3353/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030359

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE BATAYPORÃ

**INTERESSADO(S):** FERNANDA SCARLAT MARTINS, GERMINO DA ROZ SILVA, JORGE LUIZ TAKAHASHI, SONIA NANTES DE LIMA

**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3357/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030363

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARUSSU

**INTERESSADO(S):** CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO, LETÍCIA JANAÍNA NEVES MACHADO, ROBERTO TAVARES ALMEIDA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/2486/2021

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020

**PROTOCOLO:** 2094293

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JAPORÃ

**INTERESSADO(S):** NIVALDO DIAS LIMA, PAULO CESAR FRANJOTTI, VERIDIANA BARBOSA DA SILVA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3376/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2160702

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE TERENOS

**INTERESSADO(S):** MARCOS INACIO CAMPOS

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00008468/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3573/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2161432

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NIOAQUE

**INTERESSADO(S):** ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA, SANDRA MARIA SANTOS CALONGA, VALDIR COUTO DE SOUZA JÚNIOR

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/4182/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2163025

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOIS IRMAOS DO BURITI

**INTERESSADO(S):** CARLOS AUGUSTO BARBOSA LEITE, SILAS ALVES PEREIRA, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/4252/2023

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022

**PROTOCOLO:** 2238722

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRANDA

**INTERESSADO(S):** FÁBIO SANTOS FLORENÇA, ROSIMEIRE LOPES DE SOUZA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/4506/2023

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022

**PROTOCOLO:** 2239178

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE TERENOS

**INTERESSADO(S):** CARLA CASTRO REZENDE DINIZ BRANDÃO, HENRIQUE WANCURA BUDKE

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3580/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2021

**PROTOCOLO:** 2161444

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE

**INTERESSADO(S):** VALDIR COUTO DE SOUZA JÚNIOR

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00005719/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

TC/00008665/2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/4651/2023

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022

**PROTOCOLO:** 2239535

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM

**INTERESSADO(S):** CLEDIANE ARECO MATZENBACHER, IVANILDO RIBEIRO QUIRINO, JANAINA WILLEMANN DE SOUZA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/13133/2022/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2022

**PROTOCOLO:** 2229513

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

**INTERESSADO(S):** RUFINO ARIFA TIGRE NETO

**ADVOGADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRAO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, MEYRIVAN GOMES VIANA

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/7534/2018/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023

**PROTOCOLO:** 2235319

**ORGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** AGENOR MATTIELLO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/523/2018/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023

**PROTOCOLO:** 2236828

**ORGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** MARIA DAS GRAÇAS MACEDO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/8749/2023

**ASSUNTO:** REVISÃO 2017

**PROTOCOLO:** 2268908

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL

**INTERESSADO(S):** ARLEI SILVA BARBOSA

**ADVOGADO(S):** ANDRESSA ALVES GARCIA LOPES, FABIANO GOMES FEITOSA, ISADORA GONÇALVES COIMBRA SOUTO DE ARAÚJO FOIZER

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00002913/2020 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2017

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

Conselheiro Jerson Domingos  
Presidente

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 21 de novembro de 2023

Alessandra Ximenes  
Diretoria das Sessões dos Colegiados  
Chefe

**Tribunal Pleno Virtual**

**PAUTA DA SESSÃO RESERVADA VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO Nº 04 COM INÍCIO NA SEGUNDA-FEIRA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 8H E ENCERRAMENTO NA QUINTA-FEIRA DIA 30 DE NOVEMBRO ÀS 11H.**

#### **CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/11142/2019  
**ASSUNTO:** DENÚNCIA 2019  
**PROTOCOLO:** 2000529  
**ADVOGADO(S):** NÃO TEM

#### **CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT**

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/12705/2021  
**ASSUNTO:** DENÚNCIA 2021  
**PROTOCOLO:** 2137136  
**ADVOGADO(S):** JOÃO PAULO LACERDA DA SILVA

#### **CONSELHEIRA SUBSTITUTA PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/1917/2023  
**ASSUNTO:** DENÚNCIA 2023  
**PROTOCOLO:** 2230475  
**ADVOGADO(S):** GABRIELA CERVERA GUIMARÃES PEREIRA, LUCAS RESENDE PRESTES

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/6987/2023  
**ASSUNTO:** DENÚNCIA 2023  
**PROTOCOLO:** 2255540  
**ADVOGADO(S):** NÃO TEM

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/7485/2023  
**ASSUNTO:** DENÚNCIA 2023  
**PROTOCOLO:** 2259560  
**ADVOGADO(S):** NÃO TEM

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/7774/2023  
**ASSUNTO:** DENÚNCIA 2023  
**PROTOCOLO:** 2261124  
**ADVOGADO(S):** NÃO TEM

#### **CONSELHEIRO SUBSTITUTO CELIO LIMA DE OLIVEIRA**

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/1479/2022  
**ASSUNTO:** DENÚNCIA 2022  
**PROTOCOLO:** 2147924  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/17113/2022  
**ASSUNTO:** DENÚNCIA 2022  
**PROTOCOLO:** 2211905  
**ADVOGADO(S):** NÃO TEM

#### **CONSELHEIRO SUBSTITUTO LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL**

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/9755/2020

**ASSUNTO:** DENÚNCIA 2020  
**PROTOCOLO:** 2054525  
**ADVOGADO(S):** NÃO TEM

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/2780/2022  
**ASSUNTO:** DENÚNCIA 2022  
**PROTOCOLO:** 2158058  
**ADVOGADO(S):** FERNANDO SYMCHA DE ARAÚJO MARÇAL VIEIRA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/16174/2022  
**ASSUNTO:** DENÚNCIA 2022  
**PROTOCOLO:** 2208302  
**ADVOGADO(S):** NÃO TEM

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

Conselheiro Jerson Domingos  
Presidente

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 21 DE NOVEMBRO DE 2023

Alessandra Ximenes  
Diretoria das Sessões dos Colegiados  
Chefe

### Primeira Câmara Virtual

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA PRIMEIRA CÂMARA Nº 23 COM INÍCIO NA SEGUNDA-FEIRA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 8H E ENCERRAMENTO NA QUINTA-FEIRA DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 11H, OU EM SESSÕES SUBSEQUENTES.**

#### CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/10474/2013  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2013  
**PROTOCOLO:** 1424556  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO  
**INTERESSADO(S):** HUMBERTO CARLOS RAMOS AMADUCCI, HUMBERTO CARLOS RAMOS AMADUCCI, STAF SISTEMAS  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00010474/2013/001 RECURSO 2018

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/6596/2019  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2019  
**PROTOCOLO:** 1982637  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO  
**INTERESSADO(S):** DENISE COSTA MEDEIROS DOS SANTOS PEREIRA, DIOGENES JOSE MARTINS MARQUES, EDILSON OLIVEIRA JULIÃO, EDSON SEKI JUNIOR, HELENICE REGINA DE ARRUDA FALCÃO, IA CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA, JONAS DOS SANTOS MOREIRA, JULIANA MEZA MOREIRA, MERCADO ALVORADA, NILSON PEREIRA DE GÓIS, PAULO CESAR LIMA SILVEIRA  
**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI

#### CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/5809/2023  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2023  
**PROTOCOLO:** 2248716

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TERENOS

**INTERESSADO(S):** AGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS, ANTONIO CARLOS REZENDE RAMOS, BRASMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CG HOSPITALAR, CIRURGICA MS LTDA, DU BOM DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA, ELCIO SOARES DOS SANTOS, HENRIQUE WANCURA BUDKE, ISAAC CARDOSO BISNETO, JAVA MED, LEONARDO NICARETTA, MÁRCIA FERREIRA DA SILVA, MATHEUS ALMEIDA DO NASCIMENTO, ROBSON LUCIO DE OLIVEIRA, SILVIA YUKI SUZUKI, VALTER FERREIRA DE ALMEIDA JUNIOR, WENDER LUCIO MARTINS

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/1358/2021

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2021

**PROTOCOLO:** 2090051

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

**INTERESSADO(S):** DALMY CRISÓSTOMO DA SILVA, GOMES & AZEVEDO LTDA - EPP

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/9083/2018

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1923638

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

**INTERESSADO(S):** EMERSON NANTES DE MATOS, FABIO ZANATA, HERNANDES ORTIZ, JOSE GILBERTO GARCIA, JULIO CESAR CASTRO MARQUES, JULLIANA CAETANO ORTEGA, ROBERTO GINELL, S. H. INFORMATICA LTDA, WALTER FERNANDES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL**

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/10372/2022

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2022

**PROTOCOLO:** 2188332

**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

**INTERESSADO(S):** AVANCE CONSTRUTORA EIRELI, EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/6721/2023

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2023

**PROTOCOLO:** 2254129

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA

**INTERESSADO(S):** FELIPE LEAL MARTINS FERREIRA, LUCAS PARREIRA BARBOSA, LUCIANA HELENA PIRES SILVA FREITAS, MANOEL JOSÉ NUNES JÚNIOR, MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, SANTANA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

Conselheiro Flávio Kayatt  
Presidente da Primeira Câmara

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 21 DE NOVEMBRO DE 2023

Alessandra Ximenes  
Diretoria das Sessões dos Colegiados  
Chefe

**Segunda Câmara Virtual**

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA SEGUNDA CÂMARA Nº 25 COM INÍCIO NA SEGUNDA-FEIRA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 8H E ENCERRAMENTO NA QUINTA -FEIRA DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 11H, OU EM SESSÕES SUBSEQUENTES.**

## CONSELHEIRA SUBSTITUTA PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**PROCESSO:** TC/5599/2023

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2023

**PROTOCOLO:** 2246609

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA

**INTERESSADO(S):** ANTONIA NILDA ALVES DA SILVA FERREIRA, CESMER AUGUSTO DE OLIVEIRA, DAIANI DE SOUZA NASCIMENTO GUEDES, EDSON STEFANO TAKAZONO, JOSÉ FONSECA NETO, LAÍS RODRIGUES VENÂNCIO, LUCIANA KAIBER MORAES ALVES DA SILVA, LUIZ CARLOS SIMÕES MOREIRA SÓ, LUZIA APARECIDA DA MATA FREITAS, MAYCON DOUGLAS NAGAI, TÂNIA FERNANDES VERA, VBC ENGENHARIA LTDA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**PROCESSO:** TC/6871/2023

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2023

**PROTOCOLO:** 2254989

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA

**INTERESSADO(S):** BEATRIZ POLIZEL SALTARELI, CASANOVA CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA, EDISON CASSUCI FERREIRA, PATRICIA DOS ANJOS CAVALCANTE HOLANDA, RAFAEL LAURINDO DOS SANTOS, THAILA TELES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

## CONSELHEIRO SUBSTITUTO CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/6935/2020

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO DE OBRAS (LEI - 13.303/2016) 2020

**PROTOCOLO:** 2043269

**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

**INTERESSADO(S):** POLIGONAL ENGENHARIA, WALTER BENEDITO CARNEIRO JUNIOR

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/14163/2017

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1829557

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ÁGUA CLARA

**INTERESSADO(S):** ALFREDO ALEXANDRINO DOS SANTOS JUNIOR, EDVALDO ALVES DE QUEIROZ, J A CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/5428/2019

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2019

**PROTOCOLO:** 1978443

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** AGENOR MATTIELLO, C.O.C. MATERIAL MEDICO-HOSPITALAR, MARCOS MARCELLO TRAD, MED FORT MEDICAMENTOS, MS SAUDE MATERIAL HOSPITALAR

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

Conselheiro Marcio Monteiro  
Presidente da Segunda Câmara

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 21 DE NOVEMBRO DE 2023

Alessandra Ximenes  
Diretoria das Sessões dos Colegiados  
Chefe